



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL



MABEL MARINHO SAHIB AGUILAR

**TRANSPORTE ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA: APLICAÇÃO E
TRANSFERÊNCIA DE MEIOS EFETIVOS AOS ALUNOS DA ESCOLA
MUNICIPAL CAIC “PADRE ERNESTO SASSIDA” E CEMEI “CATARINA
ANASTÁCIO DA CRUZ”**

CORUMBÁ/MS

2021

MABEL MARINHO SAHIB AGUILAR

**TRANSPORTE ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA: APLICAÇÃO E
TRANSFERÊNCIA DE MEIOS EFETIVOS AOS ALUNOS DA ESCOLA
MUNICIPAL CAIC “PADRE ERNESTO SASSIDA” E CEMEI “CATARINA
ANASTÁCIO DA CRUZ”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa:

Ocupação e identidade fronteiriça

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio
Machado de Oliveira

CORUMBÁ/MS

2021

MABEL MARINHO SAHIB AGUILAR

**TRANSPORTE ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA: APLICAÇÃO E
TRANSFERÊNCIA DE MEIOS EFETIVOS AOS ALUNOS DA ESCOLA
MUNICIPAL CAIC “PADRE ERNESTO SASSIDA” E CEMEI “CATARINA
ANASTÁCIO DA CRUZ”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Aprovada em ____/____/____, com Conceito_____.

Mabel Marinho Sahib Aguilar

Aprovado em Corumbá/MS ____/____/____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços/CPAN

1º avaliador: Prof. Dr. Carlo Henrique Golin

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPAN

2º avaliador: Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti

Universidade de Brasília/UNB

*Dedico esta pesquisa aos **Estudantes Fronteiriços** que diariamente cruzam a fronteira em busca de conhecimento; e a todos os envolvidos em ações e discussões sobre a efetivação de garantia de direitos e políticas públicas direcionadas ao imigrante*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir vida e saúde, ao Espírito Santo que me agraciou com seus dons de sabedoria, ciência e fortaleza durante esta caminhada.

À minha família, Pedrinho, Marina, Maria Eduarda e Valentina, vocês são a razão e o porque de todas as coisas.

Ao meu incentivador, orientador Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, que sempre esteve ao meu lado. Com paciência me transferiu conhecimento, orientou, esclareceu dúvidas e me conduziu ao longo de todo este trabalho de pesquisa. Admiração e Gratidão!

Aos membros da banca de qualificação, Profs. Drs. Carlo Golin e Leonardo Cavalcanti pela participação e contribuição.

Aos professores e colegas do Mestrado em Estudos Fronteiriços, pelos momentos compartilhados, transferência e troca de conhecimentos.

Aos amigos Tarissa, Isaac e Sandra, pela parceria, incentivo e contribuição.

Aos colegas da Secretaria Municipal de Educação, do CAIC e todos que contribuíram e forneceram subsídios à esta pesquisa.

Muito Obrigada!!!

Mabel Marinho Sahib Aguilar

AGUILAR, Mabel Marinho Sahib. TRANSPORTE ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA: APLICAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE MEIOS EFETIVOS AOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL CAIC “PADRE ERNESTO SASSIDA” E CEMEI “CATARINA ANASTÁCIO DA CRUZ”. 82p. 2021. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação Stricto Senso Em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

RESUMO

Esta Dissertação é fruto de inquietações trazidas pela vivência na fronteira em estudo, que estabeleceu parâmetros para analisar as relações cotidianas, sob a ótica dos transportes coletivos disponíveis, o fluxo de transeuntes que cruzam diariamente a faixa fronteira, especificamente alunos, migrantes semi-retornados da Rede Municipal de Ensino (REME) de Corumbá, MS. Nosso interesse central esteve na compreensão da utilização de veículos, considerados como inaptos ao transporte de passageiros, que se deslocam vindos da Bolívia para estudar no Brasil. Nesse sentido, nosso objetivo geral foi investigar o transporte público escolar em região de fronteira: os meios de transporte, segurança e modalidades utilizados pelos alunos na fronteira Brasil/Bolívia na Escola Municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” e CEMEI “Catarina Anastácio da Cruz” e propor a inserção de nova linha de transporte escolar no município. Trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que está voltada para a geração de conhecimentos de aplicação prática direcionada para a solução de problemas específicos e englobando os interesses locais. Foram analisados: legislação a respeito de transporte escolar; principais meios de locomoção dos estudantes naquela escola; tipologias das migrações internacionais em fronteira; assiduidade e frequência na escola. Foram aplicados questionários pelos grupos de whatsapp em função de 2020, ano central nas pesquisas de campo, ter sido atípico em razão da Pandemia Covid-19. O resultado alcançado foi a constatação de meninos e meninas brasileiros que vivem na Bolívia e estudam na escola em questão e que se encontram vulnerabilizados a partir da não aplicação de uma política pública que lhes é de direito: o transporte escolar. Os resultados desta Dissertação serão disponibilizados para o órgão público municipal responsável pela oferta do transporte público escolar no município, para análise e viabilidade de implantação e efetivação como política pública municipal.

Palavras-chave: Fronteira. Transporte Escolar. Migrantes. Tipologia Migratória. Política Pública

AGUILAR, Mabel Marinho Sahib. TRANSPORTE ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA: APLICAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE MEIOS EFETIVOS AOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL CAIC “PADRE ERNESTO SASSIDA” E CEMEI “CATARINA ANASTÁCIO DA CRUZ”. 82p. 2021. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação Stricto Senso Em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

RESUMEN

Este trabajo de investigación es el resultado de las inquietudes que suscita la experiencia en la frontera en estudio, que estableció parámetros para analizar las relaciones cotidianas, desde la perspectiva del transporte público disponible, el flujo de transeúntes que cruzan la frontera diariamente, específicamente estudiantes semi-regresados de la Red Municipal de Educación (REME) de Corumbá, MS. El interés central fue comprender el uso de vehículos considerados no aptos para el transporte de pasajeros, que viajan desde Bolivia para estudiar en Brasil. En este sentido, el objetivo general fue investigar el transporte escolar público en una región fronteriza: los medios de transporte, seguridad y modalidades que utilizan los estudiantes en la frontera Brasil / Bolivia en la Escuela Municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” y CEMEI “Catarina Anastácio da Cruz”, para proponer la inserción de una nueva línea de transporte escolar en el municipio. Es una investigación aplicada, al tener como objetivo generar conocimientos de aplicación práctica dirigidos a la solución de problemas específicos y abarcando intereses locales. Se analizaron: legislación en materia de transporte escolar; principal medio de transporte para los estudiantes de esa escuela; tipologías de migración internacional en la frontera; asiduidad y asistencia a la escuela. Los cuestionarios fueron aplicados por grupos de WhatsApp a partir de 2020, el año central en la investigación de campo, habiendo sido atípico debido a la Pandemia Covid-19. El resultado alcanzado fue el hallazgo de niños y niñas brasileños que viven en Bolivia y estudian en la escuela en cuestión y que se encuentran en situación de vulnerabilidad por la no aplicación de una política pública: su derecho al transporte escolar. Los resultados de esta Disertación se pondrán a disposición del organismo público municipal responsable de ofrecer transporte público escolar en el municipio, para el análisis y viabilidad de su implantación como política pública municipal.

Palabras clave: Frontera. Transporte escolar. Migrantes. Tipología migratoria, Política pública.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Alunos estrangeiros matriculados na rede municipal de ensino em Corumbá – MS (2015-2020).....	45
Quadro 2 - Linhas de transporte rodoviário escolar - Corumbá MS.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de alunos matriculados por nacionalidade - REME 2020.....	44
Gráfico 2 - Alunos estrangeiros matriculados por etapa de ensino - REME 2020	44
Gráfico 3 - Alunos estrangeiros matriculados na REME - 2020.....	46
Gráfico 4 - Alunos estrangeiros matriculados E.M.CAIC e CEMEI - 2020.....	52
Gráfico 5 - País de residência.....	63
Gráfico 6 - Etapa escolar	64
Gráfico 7 - Meio de transporte	65
Gráfico 8 - Frequência escolar	66
Gráfico 9 - Ausência escolar	66

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização das cidades gêmeas	25
Figura 2 - Ponte sobre o Arroyo Concepción	35
Figura 3 - Fluxo de alunos na fronteira em estudo	36
Figura 4 - Transporte de alunos fronteiriços.....	36
Figura 5 - Rodovia Ramon Gomez.....	49
Figura 6 - E.M. CAIC Padre Ernesto Sassida	50
Figura 7 - Localização da E.M. Caic Padre Ernesto Sassida	51
Figura 8 - Presença de migrantes semi-retornados no CAIC	53
Figura 9 - Perímetro Urbano	59
Figura 10 - Rota Paiolzinho.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAIC** – Centro de Atenção Integral à Criança
- CEMEI** – Centro Municipal de Educação Infantil
- CF** – Constituição Federal
- CIAC** - Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente
- CIRCUITO** – Circuito Imigrante
- CME** – Conselho Municipal de Educação
- COMAIRA** – Comitê Municipal de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida
- CNIg** – Conselho Nacional de Imigração
- CRNM** – Carteira de registro Nacional Migratório
- EF** – Ensino Fundamental
- EJA** - Educação de Jovens e Adultos
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
- GGSE** – Gerência de Gestão do Sistema de Ensino
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LEF** – Laboratório de Estudos Fronteiriços
- MEC** – Ministério da Educação
- NGRH** - Núcleo de Gestão de Recursos Humanos
- NTRAE** – Núcleo de Transporte Escolar
- PNATE** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PDIF** – Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
- PME** – Plano Municipal de Educação
- REME** – Rede Municipal de Ensino
- RNE** – Registro Nacional de Estrangeiro
- SMEC** – Secretaria Municipal de Educação
- SEMED** – Secretaria Municipal de Educação
- SME** – Sistema Municipal de Ensino
- UF** – Unidade da Federação
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - IMIGRANTE INTERNACIONAL E FRONTEIRA	17
1.1 Fronteiras: entre conceitos e problemas políticos.	17
1.2 Migrações Internacionais e Fronteiras.	26
CAPÍTULO II - MIGRAÇÕES PENDULARES E IMPACTOS EDUCACIONAIS	33
2.1 A fronteira em estudo e suas realidades migratórias internacionais	33
2.2 A fronteira em estudo e a REME – REDE MUNICIPAL DE ENSINO	40
2.3 A Escola Municipal CAIC PADRE ERNESTO SASSIDA e o CEMEI CATARINA ANASTÁCIO DA CRUZ	47
CAPÍTULO III - TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA	54
3.1 Transporte Público Escolar.....	54
3.2. Alcances do transporte escolar na percepção dos interessados.	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	77
Anexo 1 - Autorização para realização da pesquisa – Secretaria Municipal de Educação – Corumbá - MS.....	77
Anexo 2 - Carta de Anuência e Autorização – E.M. CAIC Padre Ernesto Sassida e CEMEI Catarina Anastácio da Cruz	78
Anexo 3 - Questionário em Português.....	79
Anexo 4 - Questionário em Espanhol	81

INTRODUÇÃO

O Mestrado em Estudos Fronteiriços, Interdisciplinar e Profissional, tem como desafio a aplicação da pesquisa e cessão dos resultados no ambiente profissional do discente e construção de parcerias estratégicas para aplicação e implantação dos resultados. O caminho para ingresso neste ambiente de estudos foi construído a partir de algumas etapas muito importantes, dentre elas destacamos a inserção recíproca deste Programa de Pós-graduação em nossos ambientes de trabalho.

O Circuito Imigrante (Circuito) parceria estratégica, decisiva e muito importante, que despertou nesta pesquisadora o interesse pelo mestrado profissional. Trata-se de coletivo criado em 2015, cuja finalidade é articular os órgãos, governamentais, ou não, que atuam diretamente com o imigrante. Membro deste coletivo desde o ano de 2016, o envolvimento nas ações e discussões sobre políticas públicas direcionadas ao imigrante levaram-nos a busca do conhecimento científico para sua aplicação nos ambientes profissionais em que atuamos. Neste sentido, a reciprocidade que mencionamos está na medida em que o Circuito foi se aproximando de nossas atividades, nos colocávamos como um de seus membros. Isso terminou por nos direcionar para apresentação de projeto visando sua submissão ao processo seletivo e o ingresso neste Mestrado.

Neste ambiente foi possível absorver procedimentos metodológicos, bem como interagir com outros segmentos que colaboram para busca de soluções ao problema apresentado. As preocupações centrais estavam focadas em contextualizar as relações cotidianas, sob a ótica do transporte escolar disponível, o fluxo de transeuntes que passam e repassam o limite internacional, construindo a vivência fronteiriça, bem como a utilização de veículos, vistos aos nosso olhos como inaptos ao transporte de passageiros, que se deslocam do país vizinho a Bolívia, conduzindo crianças e adolescentes para estudar no Brasil. Desta forma, investigamos o uso precário das “caronas” e outros meios de transporte utilizados, expondo esses alunos imigrantes pendulares, aos riscos e vulnerabilidades sociais ao se colocarem ao longo da rodovia à espera desta “ajuda” para se deslocar até a escola e no retorno para casa.

O Mestrado proporcionou conhecimento, aprofundamento teórico e científico, aliado ao entendimento de que a presença destes sujeitos acarreta situações

transformadoras nos ambientes e nas relações, a começar pela ampliação do entendimento de fronteira, seus sentidos simbólico e imaginário, que dão contornos mais complexos e ultrapassam as linhas demarcatórias.

Esta dissertação é o resultado de indagações fruto de nossas participações no Circuito e as atividades profissionais. Tais indagações surgiram a partir da observação do trânsito e deslocamento de pessoas nos territórios fronteiriços, que nos levou a refletir sobre a polissemia da “fronteira”. Essas indagações polissêmicas surgiram a partir de um trabalho de observação *in loco*, quando um grupo em especial chamou a atenção, o ir e vir de estudantes procedentes da Bolívia, que atravessam a fronteira para estudarem em escolas brasileiras.

Cenário desta pesquisa, a cidade de Corumbá, no oeste do estado de Mato Grosso do Sul na Fronteira do Brasil com Bolívia, onde investigamos especificamente os alunos matriculados e cursando na Escola Municipal “Padre Ernesto Sassida” (CAIC) e no Centro Municipal de Educação Infantil “Catarina Anastácio da Cruz” (CEMEI), que estão localizados no mesmo espaço. A unidade escolar foi escolhida devido a sua localização estratégica, estando situada à margem da mesma rodovia de acesso ao limite fronteiriço, atendendo uma clientela de estudantes, migrantes pendulares que cruzam diariamente o limite para estudar e retornar aos seus lares no país vizinho.

O objetivo principal foi investigar o transporte público escolar em região de fronteira: os meios de transporte, segurança e modalidades utilizados pelos alunos na fronteira Brasil/Bolívia na Escola Municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” e CEMEI “Catarina Anastácio da Cruz” e propor a inserção de nova linha de transporte escolar no município. Objetivos específicos investigar os migrantes internacionais, alunos matriculados na Escola e no Centro Municipal de Educação Infantil que residem na Bolívia e cruzam diariamente a fronteira Brasil/Bolívia, os meios de transporte e de locomoção utilizados para se deslocarem cotidianamente.

Metodologicamente, esta pesquisa foi desenvolvida à luz da análise do pensamento de Michel Foucher e Lia Osório Machado, especialmente quando do tratamento do espaço fronteiriço, incluindo suas peculiares complexidades, considerando os vários elementos que se imbricam na formação sócio espacial e representação da fronteira. A falta de metodologias consagradas, que sejam aplicadas à junção temática que nos propomos – fronteira, migração internacional e municipalidade, nos levou a optar por uma espécie de mosaico teórico e

metodológico que envolveu análises sobre diversos autores. Sassen (2009), Cavalcanti e Parella (2013), Oliveira (2016), dentre outros, colaboraram, decisivamente, para que encontrássemos um caminho seguro para análise da realidade local e do problema pesquisado. Da mesma maneira ocorreu quando da utilização de referenciais para compreensão das dinâmicas fronteiriças no espaço onde Corumbá está localizada.

Do ponto de vista da natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, visto que está orientada e gerou conhecimentos de ordem prática dirigidos à solução de problemas específicos que envolvem interesses locais. O levantamento da bibliografia relevante ao escopo da pesquisa em tela aconteceu *pari passu* ao problema pesquisado, utilizada como ferramenta metodológica para compreensão das temáticas abordadas.

A realização dos estudos que envolveram as temáticas desta pesquisa (fronteira, migrantes internacionais pendulares e semi-retornados, políticas públicas, transporte escolar) são bastante complexos. E, para atender o proposto, foi necessário o envolvimento desta pesquisadora com os sujeitos da pesquisa (imigrantes pendulares, alunos do CAIC Padre Ernesto Sassida e CEMEI Catarina Anastácio da Cruz e Gestão Escolar) afim de compreender seu cotidiano e fluxo na fronteira em estudo. Com a suspensão das aulas presenciais e orientação para o tele trabalho devido o início da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), este contato passou a ser virtual e através de meios remotos de pesquisa, com a utilização de ferramentas digitais que permitiram realizar levantamento de dados desses alunos, imigrantes internacionais pendulares, forçados ao isolamento físico e social ocasionado pela pandemia causada pelo COVID-19. Recurso que se fez extremamente necessário neste momento, para resguardar a saúde e consequentemente controlar e evitar o contágio.

Outros instrumentos metodológicos utilizados foram: coleta de dados junto à unidade escolar investigada, sistemas de gestão escolar (TAGNOS) que geram dados a partir de comprovações documentais e através de meios remotos on-line. Questionários foram encaminhados ao público-alvo da pesquisa por meio de grupos de aplicativo Whatsapp utilizando-se da ferramenta google forms e contato (presenciais e virtuais) com a equipe gestora e pedagógica do CAIC e CEMEI.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. No capítulo I, abordamos a fronteira a partir de sua conceituação distintamente a dos limites, levantamos

problemas políticos administrativos que permeiam o ambiente fronteiriço, apontando a insuficiência ou ineficácia de políticas públicas específicas para essa região. Apresentamos a dinâmica fronteiriça no Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente a fronteira do Brasil com a Bolívia em Corumbá, MS, palco de nossa pesquisa e as migrações internacionais que ali ocorrem.

No capítulo II, aprofundamos as discussões sobre a fronteira que nos dedicamos a estudar nesta pesquisa. Destacamos a necessidade de debater a respeito das tipologias das migrações internacionais em fronteira, e a necessidade de atualizações em seus escopos, especialmente, quando lançamos o reconhecimento dos migrantes internacionais semi-retornados. Ao trazermos breve histórico do CAIC e do CEMEI, abordamos o deslocamento de alunos matriculados na unidade escolar procedentes da Bolívia, que cruzam diariamente a fronteira para estudar. Apresentamos a Rede Municipal de Ensino (REME) destacando a presença de “alunos estrangeiros”, migrantes internacionais matriculados nas unidades escolares públicas municipais.

Finalizando, no capítulo III, trazemos uma abordagem do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e como é ofertado o Transporte Público Escolar no município. Ainda, apresentamos os resultados de nossa pesquisa realizada junto aos pais e/ou responsáveis dos alunos a respeito de local de moradia, meios de transportes, frequência e assiduidade deles.

CAPÍTULO I - IMIGRANTE INTERNACIONAL E FRONTEIRA

Neste capítulo apresentamos discussão teórica e conceitual sobre limite internacional, como linha geográfica que delimita o início e o fim de um território, portanto, linha imaginária, uma abstração, e fronteira, palco de vivências e experiências entre os povos que a compõem, como possuidora de dinâmicas próprias. Dois lados que integram esse espaço e se conectam em condição de interdependência, reconhecida como problema, limite ou oportunidade.

Abordamos conceitos de territorialidade tendo como palco um ambiente diferenciado que é o território fronteiriço, onde tratamos as esferas da alta política e da baixa política quando destacamos a insuficiência ou ineficácia de políticas públicas específicas para essa região.

Buscamos compreender a fronteira como um fator de desenvolvimento e não de barreira, numa abordagem às fronteiras do Brasil, perpassando pelas fronteiras do Estado do Mato Grosso do Sul, para apresentarmos a fronteira do Brasil com a Bolívia em Corumbá, MS, cenário desta pesquisa e os fluxos migratórios internacionais nessa fronteira. Tipologias migratórias e diversidade de fluxos balizarão entendimentos sobre os impactos, tanto no campo político, quanto no social, que este fenômeno produz.

1.1 Fronteiras: entre conceitos e problemas políticos.

Inicialmente, nosso propósito em conceituar a fronteira, não está associado a uma ideia legal ou mesmo política. A noção de fronteira é diferente e muito mais antiga daquela de limite internacional (MACHADO,2000). Os limites que indicam o domínio do Estado são divisas estabelecidas, demarcadas, definidas, já as fronteiras são uma abstração, marcos que possuem dinâmicas próprias.

Machado trata essa diferença da seguinte forma:

Se é certo que a determinação e defesa dos *limites* de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as *fronteiras* pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o *limite* jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional (...), a *fronteira* é lugar de comunicação e troca (MACHADO,2000,p.9-10).

Limite e fronteira já foram considerados pela literatura como sinônimos, porém

não adotaremos esses conceitos, porque:

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o *limite* não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente de preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação (MACHADO, 1998, p.83).

Oliveira (2016) acrescenta que limites e fronteiras não são sinônimos, nem no sentido político. Uma vez que, o limite representa ideia de divisão entre uma unidade territorial e outra, produto de acordos ou desacordos internacionais, fundamental para demarcar espaço de domínio geralmente entre dois países, o início e o fim de uma soberania. Enquanto a fronteira se apresenta como linha de reciprocidade, linha imaginária, palco de vivências, trocas de experiências sociais, políticas e culturais entre povos distintos. A fronteira à primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si “[...] é o lugar de descoberta do outro e de desencontro. O desencontro e o conflito decorrentes das diversas concepções de vida e visões de mundo de cada um [...]” (MARTINS, 1997, p.150). A fronteira é interpretada como lugar de alteridade. Inclui e exclui, dependendo da ótica de análise e das estratégias adotadas pelos diversos grupos sociais que a compõe. Desta forma, iremos compreender a própria fronteira como espaço em constante expansão – retração, vibrante de vivências, trocas, conflitos, ricas experiências, portanto, repleta de atratividade, como lugar de encontro e transgressões. A fronteira é local onde os povos podem criar suas próprias regras, desafiando normas inscritas na perspectiva dos limites, como acordos diplomáticos, por exemplo. A percepção da fronteira como espaço de integração, comunicação, encontro e conflito, deriva por pressuposição, por nos depararmos com organizações territoriais díspares e de nacionalidades diferentes. E também, pelo fato de suas histórias serem construídas por abandono em relação ao poder central de cada nação envolvida (OLIVEIRA, 2016).

Machado Salienta que:

A fronteira em seu sentido mais comum está ligada ao preconceito por sua condição de margem, portanto marginal a uma nação, decorrente de questões históricas e políticas. É um local no qual se pode assinalar a negatividade, atribuída por diversos fatores como o ilícito, a clandestinidade, a miscigenação, entre outros. Não é, apenas, a capacidade do homem em criar suas representações, bem como a função na segurança nacional ou a agenda negativa que tornam a fronteira fascinante, impar, e, acima de tudo, mágica. São seus ritos, seus símbolos, seus habitantes e suas instituições, próprios de fronteira, que dão a ela seu caráter de ponto estratégico (MACHADO, 1998, p.42).

Desta forma, a fronteira pode ser assimilada como raia geográfica entre países, ou ainda a ideia comum de fronteira, como lugar do ilícito, portanto do perigo, onde a polícia e a lei não alcançam. A fronteira malvista, entendida como ameaça, lugar de incertezas, visada e temida pela falta de dispositivos de controle, transformaria, seguindo esta ideia comum, a zona limítrofe em local frágil, palco de incertezas, atuando como produtora e gerenciadora do legal do ilegal e do clandestino.

Contudo, a fronteira sempre terá mais de um lado, porque a coloca com uma condição de interdependência. Não a consideramos como espaço desconhecido à sociedade e ao seus nacionais, mais sim de modo diferenciado de outras regiões do país, considerando suas particularidades e especificidades, muitas vezes ignoradas ou desprezadas (OLIVEIRA; CAMPOS, 2015).

Foucher (1991) conceitua a fronteira como uma descontinuidade geopolítica com a marcação de real, simbólica e imaginária. Assim temos a real marcada pelas soberanias de cada estado, referência simbólica que nos conecta a uma comunidade política inscrita numa jurisdição e ao imaginário que nos remete ao relacionamento com o Outro, vizinho e em relação consigo mesmo e sua história. Dois lados, que se integram e se conectam divididas por essa linha imaginária, Foucher afirma que cada fronteira é uma singularidade. Elas podem ser reconhecidas como problema, limite ou até mesmo oportunidade, conforme o contexto ao qual estão associadas (FOUCHER, 2009).

Para Benedetti (2011), na medida em que as fronteiras estabelecem descontinuidades espaciais para grupos sociais distintos, aquilo que está do outro lado pode se tornar aliado, ou conflitante, lugar de trocas, assim dizendo, espaço de contato. Limite e fronteira embora distintos, possuem o mesmo catalisador, o território, espaço geográfico socializado e as instituições que o regem. Podemos

entender o território como “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA 2000, p.78). Fundamentalmente, dispositivo para a prática do poder.

Dessa forma, limite e fronteira se conectam através de três componentes: o institucional, o conjuntural e o estrutural (MACHADO,2000). O componente institucional é exercido através do controle dos limites e das fronteiras, da demarcação de espaço e domínio no contexto das instituições governamentais, no universo da Alta Política, onde é efetivado pelas Relações Exteriores, com o olhar voltado da fronteira para fora, e pela Defesa, olhar voltado da fronteira para dentro. O componente conjuntural é realizado quando as decisões governamentais são levadas para dentro do território, estando localizados na Baixa Política, no solo, no operacional, onde as decisões da Alta Política realmente se materializam e acontecem ou não. E o componente estrutural, o aspecto funcional, onde se decide o que é permitido ou não, aspecto legal, jurisdicional (MACHADO,2000). Foucher (2011) destaca que suas funções exercidas na fronteira são variadas, podendo ser encontradas nas seguintes esferas: políticas (soberania), jurídicas (direito), fiscais (aduaneiras), policiais (controle), militares (defesa), mesmo que não sejam todas efetivadas no exterior do território nacional.

Arbaret et al. (2004) entendem a fronteira como um limite político relevante no território, que mantém relações de poder e normas, mecanismos estruturais e organizacionais dos espaços com objetivo de conduzir politicamente as divisões espaciais e sociais. Tais divisões são muitas vezes rígidas, outras vezes confusas, que qualquer separação cria, a fim de determinar o domínio e controle do território.

É uma construção territorial que “coloca distância na proximidade” (ARBARET et al., 2002, p.07). Representa diferenciais, que demonstram a existência de sistemas territoriais diferentes, cada qual com padrões, princípios e culturas diferenciados, transformados em objeto de troca, tornam-se locais híbridos, este confronto de ideias, valores e padrões estimulam a adaptação.

As relações cotidianas são costuradas de maneira que, de formas e formatos variados, conciliem interesses políticos, pessoais, de negócios, além de oportunidades facultativas à cooperação sócio institucional em regiões de fronteira (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2017). Nestas regiões, a cooperação internacional se tornou importante instrumento para o desenvolvimento, com a atuação de sujeitos locais e o agente estatal, este ainda com poder decisório nos processos, permitindo

novas ordenações institucionais, tanto público como privadas (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2017). As sociedades fronteiriças apontam possuir alguma autonomia na organização de suas atividades rotineiras, levando a revisão, reavaliação e incremento dos acordos existentes, com fomento de ações compartilhadas de ambos os lados.

Fronteiras são regiões repletas de contradições, geralmente assinaladas pela insuficiência ou ineficácia de políticas públicas frente as suas especificidades, conforme apontam Oliveira e Nascimento (2017). Não podem ser consideradas como algo harmônico, sem conflitos, ao contrário precisam do olhar atento para ter melhor compreensão sobre a evolução da concepção de fronteira. Isso pode levar a uma aproximação do real sentido de colaboração e proximidade, inclusive como fator determinante para formulação de políticas públicas para essas regiões.

Sendo assim, os atores locais representados por entidades, organismos e instituições com objetivo de atender anseios, projetos binacionais, interesses e demandas específicas, articulam para criação de oportunidades e aproximações em região de fronteira, a fim de que o produto destas ações se tornem fomentadoras de desenvolvimento local. Habitualmente, tais aproximações ocorrem utilizando como ferramenta determinante a paradiplomacia. Aqui ela é entendida como:

Envolvimento de governos não-centrais nas relações internacionais por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc) com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como quaisquer outras dimensões de suas competências constitucionais (CORNAGO PRIETO, 2004, p.251).

Portanto, a paradiplomacia é apresentada como um produto regional, geralmente com objetivos econômicos, com características peculiares conforme a região em que é efetivada. Tais iniciativas sistematizam e fomentam interesses locais entre atores e instituições também regionais. Dessa forma, “[...] nenhuma atividade paradiplomática possui personalidade jurídica internacional definida, posicionando a sua incapacidade de realizar tratados, acordos internacionais ou práticas que possam ferir a ordem e soberania nacional” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2017 p.27). A paradiplomacia é, portanto importante elo de aproximação entre dois povos e desenvolvimento em região de fronteira, considerando a versatilidade quanto aos seus objetivos, que combinam com a personalidade do ambiente fronteiriço, um território repleto de incertezas, onde as relações entre os lados,

sempre um deles atuando como agente dinâmico e a outro como aliado, tanto pode ser de acolhimento como de segregação.

Assim, a fronteira entendida como local diferenciado, pode ser encarada como não sendo limitante e restritiva, como dispositivo de fechamento, mas baseado em afinidades e particularidades. Sua existência não exprime somente uma divisão espacial de território, mas revela relação com o território, visão diferenciada de mundo, do Outro, dos padrões e dos regramentos. Buscamos nesta Dissertação compreender a fronteira um fator de desenvolvimento e não de barreira.

Abordamos inicialmente os conceitos de fronteira para que no decorrer desta Dissertação possamos compreendê-la como local dinâmico, diferente daquela forma fixa, estática, linha divisória, tradicionalmente demonstrada nos mapas. Buscamos escapar às armadilhas contidas nas visões estereotipada na lógica da geopolítica, da guerra e da paz, do amigo e do inimigo, interno e externo. Neste sentido, procuramos dar maior robustez ao conteúdo aqui apresentado, a partir de leituras de autores muito importantes nos estudos fronteiriços, como coletânea organizada por Hernandez e Campos-Delgado (2015), que traz importantes contribuições sobre esse assunto em uma escala latino-americana. Benedetti (2014) aproxima os estudos uma vez que pudemos estabelecer comparações com outras fronteiras bolivianas.

Em um contexto nacional, os estudos fronteiriços que nortearão nossas discussões estão centrados no Grupo Retis (UFRJ), de onde algumas importantes observações nos conduziram nesta Dissertação. No nosso entendimento, é necessário que façamos o reconhecimento da importância da existência de redes, que são concebidas como um componente fundamental na articulação e desarticulação territorial (MACHADO et al., 2005, p. 92). Desta forma, elas estão estabelecidas, inclusive, nos circuitos decisórios da administração do Estado. Assim, acreditamos que nos aproximamos de conceitos elementares de territorialidades, forças centrífugas e redes, que deram a esta Dissertação elementos mais próximos da realidade neste cenário diferenciado que é o ambiente fronteiriço.

Tratamos das esferas da baixa política (MACHADO et al., 2005) na fronteira, pois entendemos que é nela que as ações se efetivam e os problemas decorrentes de treinamento, recursos financeiros e tecnológicos aparecem de maneira mais evidente. Também será nessas esferas políticas administrativas que encontramos possibilidades de arranjos muito criativos e que possibilitam soluções imediatas para

problemas, por vezes, crônicos (SANTOS, 2016).

Consideramos como muito relevante observar os sentidos administrativos que a alta política impõe sobre as fronteiras. Assim, é importante dizer que o Brasil tem a terceira maior fronteira terrestre do mundo, e faz limites com todos os países da América do Sul, exceto Equador e Chile. A faixa de fronteira composta de 588 municípios, abrange 27% do território nacional e se divide em três grandes arcos: Norte, Central e Sul. Diante de diferenças e peculiaridades, o Estado brasileiro tem procurado implementar políticas públicas que abarquem as suas fronteiras, como forma de enfrentar os desafios da mobilidade, segurança e integração com seus vizinhos (PÊGO et al., 2017).

A Lei no 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980, estabelece em 150 km perpendiculares de largura a chamada faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos. Constitui-se como espaço legal, político e jurídico, além de dispor de regulamentos especiais. Compreende desde áreas isoladas e pouco povoadas até áreas mais adensadas, com alto grau de integração econômica regional. Nota-se que no sentido estatal não há distinção entre limites e fronteiras internacionais. Ao passo que entendemos que a zona de fronteira é mais ampla que a faixa, sendo composta pelas faixas de fronteira de cada lado do limite internacional. Engloba as relações fronteiriças que ultrapassam, na maioria das vezes, a faixa de fronteira (MOREIRA, 2018).

No Brasil, o interior, incluindo sua faixa de fronteira terrestre, por sua localização afastada dos centros decisórios do poder, tem ficado à margem das principais políticas de desenvolvimento regional. A faixa de fronteira é uma vasta região que ocupa 16.885 km da fronteira brasileira, com onze Unidades da Federação (Ufs) e 588 municípios divididos em sub-regiões nas quais habitam cerca de 11,7 milhões de pessoas. No entanto, ainda que 5,6% dos brasileiros vivam na região, que representa 27% do território nacional, há déficit de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, moradia, trabalho etc., o que torna essas populações vulneráveis ao tráfico internacional, a doenças que representam riscos à saúde pública e suscetíveis também a uma série de ocupações ilícitas (BRASIL, 2009).

Neste aspecto, importante destacar alguns elementos que compõem a fronteira em estudo, a partir de um prisma estadual. Mesopotâmico, o território sul-mato-grossense está localizado entre os rios Paraná e Paraguai. Composto por duas faixas geográficas contínuas, a planície pantaneira, grande área alagadiça com

predomínio de vegetação natural em uma extensão territorial de aproximadamente 89 mil km², contrastando-se com a parte do planalto central, cuja característica é o predomínio de grandes áreas mecanizadas para a exploração da pecuária de corte e da agricultura. A organização político-administrativa é formada por 79 (setenta e nove) municípios (IBGE, 2020) compostos de seus centros urbanos administrativos, sendo que 45 (quarenta e cinco) deles estão em faixa de fronteira.

Considerando a dinâmica fronteiriça, no território de Mato Grosso do Sul podemos constatar que existe alto grau de relação e permeabilidade com as fronteiras internacionais – paraguaia e boliviana – por meio de seus atores, que nem sempre comungam dos mesmos interesses. Isso porque muitas vezes esses são divergentes e competitivos, ocasionando variados problemas sociais, econômicos, sanitários e de degradação ambiental. As particularidades desse espaço fronteiriço permitem uma convivência de complementaridade e integração estratégica para benefícios de ambos os lados, se adequadamente coordenados e articulados. Porém, na maioria das vezes, as relações comerciais e interações entre as localidades, se dão de forma desordenada e desequilibrada, propiciando desigualdades, concentrações de renda e estruturas precárias, ou seja, perpetua-se um “ciclo vicioso” de diferenças e problemas sociais e regionais (BRASIL, 2012).

O substrato rico em minerais foi o grande atrativo da ocupação de seu território desde o século XVI e continua constituindo uma grande riqueza em exploração. Nos anos recentes, a região sofre impacto do avanço da fronteira econômica causado pela chegada de grandes empreendimentos, sobretudo associados à cadeia alimentar. Sem muita expressão em se tratando de população, e com poucas centralidade na faixa de fronteira, a região abriga em sua linha de fronteira um grande número de arranjos transfronteiriços, também chamados cidades gêmeas, que se posicionam como portas de interação econômica e cultural, e ao mesmo tempo de circulação de ilícitos, como tráfico de drogas, contrabando de madeira e soja, criando grandes dificuldades à gestão urbana e ao controle fronteiriço.

Uma das caracterizações políticas da Faixa de Fronteira, com desdobramentos dos mais variados, é formada pelas cidades-gêmeas. Concentrações populacionais separados pela linha de fronteira, seja ela seca ou fluvial, articulada, ou não, por obra de infraestrutura, que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, bem como demonstrações dos

problemas característicos da fronteira, que se apresentam com maior consistência, impactando diretamente na cidadania e desenvolvimento regional (BRASIL, 2012).

São categorizadas como cidades gêmeas, **Figura1**: Localização das cidades gêmeas, por fazerem fronteira com o Paraguai ou com a Bolívia em Mato Grosso do Sul, as seguintes conurbações: Corumbá-Puerto Suárez; Porto Murtinho-Carmelo Peralta; Bela Vista-Bella Vista Norte; Ponta Porã-Pedro Juan Caballero; Coronel Sapucaia-Capitan Bado; Paranhos-Ypejhú; Mundo Novo-Salto del Guairá¹.

Figura 1: Localização das cidades gêmeas



Fonte: BRASIL,2012,p.14

¹ Ministério da Relações Exteriores. Portaria Nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

Dependendo das características de cada cidade e do segmento de fronteira envolvido, os fluxos transfronteiriços apresentam características comuns, com práticas diferentes, que podem ser comprovados por meio do trabalho, dos fluxos de capital, do uso da terra e recursos naturais e dos serviços de consumo coletivo.

Realizamos leituras de importantes autores a respeito das fronteiras de Mato Grosso do Sul, em especial a que nos dedicamos nesta Dissertação. Costa (2011) foi de muita relevância, principalmente, por trazer à tona cenários de constrangimentos em ser fronteiriço em região de fronteira. Suas abordagens a respeito das autoridades locais contribuirão no sentido de inserir o debate acerca do cotidiano fronteiriço. Oliveira e Esselin (2015) realizam importantes observações no campo político e econômico da fronteira em estudo, possibilitaram maiores entendimentos a respeito dos grupos sociais que mais nos interessa diretamente, os migrantes internacionais. Oliveira (2016) nos esclarece o quanto pode ser relevante associar práticas advindas do ambiente profissional às iniciativas acadêmicas.

1.2 Migrações Internacionais e Fronteiras.

É importante que enfatizemos a necessidade permanente de realizar leituras sobre a questão migratória internacional e suas decorrências quando se depara com o espaço fronteiriço. A junção dessas categorias de análise nos conduz a encontrar em Sayad (1998) leitura obrigatória, uma vez que seus conceitos nortearam nossos entendimentos sobre os impactos, tanto no campo político, quanto no social, que este fenômeno produz. Contudo, sua obra deve ser marcada no tempo, e não podemos tê-la como nossa única referência na temática migratória, mesmo considerando que Sayad tenha nos colocado frente a frente com a questão internacional da migração, ou seja, aquela que nos aproxima mais das fronteiras, bem como de um ordenamento internacional entre as nações que a compõe.

No âmbito continental, nosso entendimento a respeito dos fluxos que a América do Sul seja local de destino, de passagem ou de saída nos conduz ao reconhecimento dos diversos tipos de migração existentes no mundo e que atingem o continente sul-americano e o Brasil. A migração internacional sul-sul é, destacadamente, diferencial no tocante aos fluxos que se manifestam mundo a fora. De acordo com Murillo-Pedrozo e Agudelo-Suarez (2019), o continente sul-americano tem vivenciado esse fenômeno migratório muito importante e que se

diferencia do padrão de migração sul-norte pela capacidade de resposta social e governamental e pelas semelhanças que esses migrantes possuem comparados a sociedade de destino.

É importante que destaquemos que esses fluxos, invariavelmente, produzem efeitos nos espaços fronteiriços por onde passam. A fronteira é o espaço em que os migrantes são internacionalizados, e tratados como tal (OLIVEIRA, 2016). Assim, abordamos os principais movimentos migratórios internacionais na fronteira em estudo, onde prevalecem os migrantes sul-sul. Em Corumbá é notável o uso que fazem do diminuto sistema de acolhimento, em especial da Casa de Passagem (OLIVEIRA; PAPA, 2016) e da recém-inaugurada Casa do Migrante, onde são abrigados até que as questões relativas a documentação em território brasileiro seja equacionada. Alguns deles, em especial os haitianos, renunciaram a esses serviços e têm sido hospedados em pequenos hotéis e hostels na cidade (ALMEIDA, 2020).

Diversos têm sido os estudos que trazem a luz esse importante fenômeno migratório, como no caso dos bolivianos e peruanos em Córdoba, Argentina, e seus impactos demográficos a partir dos diferentes níveis de desenvolvimento entre as regiões de origem e de destino, mas, principalmente, considerando largo período histórico em que o fluxo está estabelecido. Da mesma forma com os bolivianos no Brasil, em especial em São Paulo (SILVA, 2006) e Corumbá (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008), guardando as devidas proporções de fluxos e de importância que uma dessas cidades possui ao longo do tempo.

Outros fluxos de migração sul-sul também merecem destaque, como os subsaarianos, que também têm chegado ao Brasil por Corumbá. Dados coletados na Casa de Passagem apontam que, embora em números diminutos, a presença deles é constante há mais de dez anos (ALMEIDA, 2020). Os principais países de origem são: Nigéria, Serra Leoa, Camarões, Congo, Guiné-Bissau e Gana. O Laboratório de Estudos Fronteiriços tem desenvolvido estudos nesta fronteira que apontam a permanência de alguns desses migrantes em Corumbá e em Puerto Quijarro, trabalhando em feiras livres e como ambulantes.

Os dois fluxos mais volumosos que passam por Corumbá, em distintas direções, ou seja, entrada ou saída do território brasileiro, são os de haitianos e venezuelanos. E esses merecem especial destaque no que se refere a uma leitura sobre os fluxos migratórios internacionais na América Latina e Caribe, por terem características muito diferenciadas dos demais, inclusive nas maneiras como

atravessam o continente até a chegada em Corumbá.

Almeida (2020) aponta que a presença de haitianos fazendo uso da fronteira em estudo, anteriormente a 2018 era constante e em pequenos números. Porém, naquele ano, em razão das mudanças nas políticas migratórias chilenas, foi estabelecido fluxo de entrada e de retorno que provocou mudanças nas formas como as autoridades brasileiras passaram a lidar com esse grupo.

Deflagrada em finais de 2010, a migração haitiana, ou melhor, um dos desdobramentos de suas diásporas, inseriu o Brasil dentre suas rotas. Isso acabou por impor às autoridades estatais brasileiras respostas que foram conduzidas por uma legislação do regime militar que vigorou de 1964 a 1985. A Lei 6.815/1980 estava assentada na lógica da segurança nacional, portanto altamente restritiva aos fluxos migratórios internacionais no país. A saída encontrada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) foi a criação do Visto Humanitário, através da Resolução n. 97, de janeiro de 2012 (FERNANDES; FARIA, 2017). Através dessa medida, o haitiano que ingressasse em solo brasileiro passava a contar com acesso a diversos direitos, a exemplo de documentações. Contudo, os haitianos que chegavam ao Brasil por Corumbá, em 2018, não contavam mais com essas garantias documentais.

Esse hiato provocado pelo fim de concessão de visto humanitário colocou as autoridades brasileiras responsáveis pelo controle migratório em uma delicada situação. A medida que o fluxo aumentava as soluções urgiam, e foi adotada notificação para que os mesmos regularizassem a situação no país em sessenta dias. Essa medida permitiu que o atendimento fosse estabelecido e o fluxo fluísse. Contudo, com o aumento de migrantes haitianos chegando e o reduzido número de efetivo na Polícia Federal para atender o controle migratório na cidade, provocou-se um gargalo que congestionou o atendimento, levando a cidade a experimentar situações absolutamente novas em sua longa história de receptora de migrantes internacionais. O cenário no qual migrantes dormiam no chão da rodoviária e da ferroviária com temperaturas muito baixas, revelou o quanto a situação estava complicada, levando famílias de corumbaenses a tomada de decisão de abrir suas casas para abrigar esses migrantes. Almeida (2020) contabilizou treze locais que deram abrigo aos haitianos, entre residências, hotéis e hostels que praticavam preços muito reduzidos. Situação só apresentou melhoras a partir da adoção de medidas como força-tarefa pela Polícia Federal que permitiu dar vazão ao grande

número de haitianos com agendamentos demasiadamente longos.

Após as tensões vividas entre fevereiro e agosto de 2018, o fluxo de haitianos por Corumbá manteve-se estável, sendo notado até a atualidade. Estudos desenvolvidos pelo LEF, em andamento, apontam para diversidade de fluxos vivenciados pelos haitianos em Corumbá, havendo movimento de entrada, saída, retorno e sazonalidade. Um dos resultados que essa experiência promoveu foi a instalação do Comitê Municipal de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (COMAIRA) pela municipalidade.

Dois aspectos merecem destaque nesse ponto. O primeiro é a posição que Corumbá ocupa no continente e no Brasil. Por estar localizada no centro sul-americano, e devido ao fato da Bolívia adotar medidas tolerantes quanto ao trânsito de migrantes de diversas nacionalidades, incluindo os haitianos, essa cidade possui largo histórico de experiência migratória de entrada no Brasil. E, segundo, por estar mais próxima dos grandes centros do que as cidades do Acre, um novo fluxo de haitianos, predominantemente vindos do Chile, tornou Corumbá um importante ponto de ingresso. Isso porque, ao fazer o trajeto em direção àquela fronteira, encurtava as distâncias e diminuía os custos dos traslados.

Ainda no ano de 2018 começou a ser notado novo fluxo migratório internacional em Corumbá: os venezuelanos. De maneira semelhante aos haitianos, estabeleceram movimentos com intensidade e frequência e, também, fazendo uso da Bolívia como país de trânsito. Porém, as semelhanças começam a rarear a medida em que começamos nos aproximar deles, coletar informações e entender as diversas estratégias adotadas, bem como as construções de redes e as formas de lidar com os espaços fronteiriços por onde passaram.

A diáspora venezuelana teve início a partir de severas crises políticas e econômicas verificadas no decorrer dos anos 2010. Tais crises geraram profundos e variados sentimentos de inseguranças em diversos segmentos sociais, desde fatores ligados à sobrevivência econômica até a violência sem controle. O Brasil foi um dos países que foi impactado por esse movimento migratório, embora não o destino mais procurado por eles. Silva (2017) assinala que esse movimento migratório de venezuelanos se caracteriza por possuir “[...] um fator de expulsão muito expressivo, no qual a situação de debilidade econômica, social e de segurança faz com que muitos venezuelanos deixem seu país em busca de outras localidades” (SILVA, 2017, p. 7).

O ingresso em território brasileiro desse intenso fluxo migratório de venezuelanos pode ser marcado a partir de 2015, quando os números de ingresso comparativos aos de saída deram saltos de mais de 100%. A partir de então, o estado de Roraima foi marcado como principal porta de entrada de migrantes internacionais no Brasil. Suas cidades envolvidas nesse processo, notadamente Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e Boa Vista, capital do estado, passaram a conviver com uma realidade bastante diferenciada. Acampamentos, ajudas humanitárias e fortes repercussões políticas passaram a compor seus cenários sociais e administrativos (SILVA, 2017).

A situação naquele estado ganhou proporções muito severas, a ponto de parte da população de Pacaraima se mobilizar após um comerciante da cidade denunciar que havia sido supostamente assaltado e agredido por migrantes venezuelanos em 18 de agosto de 2018. Tal notícia levou a queima de barracas e pertences encontrados em acampamentos desse grupo de migrantes e a expulsão de, aproximadamente, 1.200 venezuelanos. Tal episódio motivou a criação da Operação Tucuxi, sustentada pela Garantia da Lei e da Ordem local.

A criação da Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima, conhecida por Operação Acolhida, pelo governo brasileiro, em 2018, pode ser considerada como uma medida excepcional que visa solucionar uma emergência desencadeada pelo fluxo migratório venezuelano. Porém, um de seus elementos mais contundentes foi a designação das Armadas, em especial do Exército brasileiro, como responsável por todas relacionadas ao deslocamento intenso desses imigrantes venezuelanos para o estado de Roraima (SILVA, 2020). Mato Grosso do Sul é uma das unidades da federação que recebe migrantes venezuelanos decorrente dessa Operação que visa, dentre outras coisas, sua interiorização.

Diferentemente do ocorrido no estado de Roraima, onde foi deflagrada a Operação acolhida, a migração de venezuelanos por Corumbá se dá pelas vias mais corriqueiras nos fluxos internacionais nessa cidade. Ou seja, a lida com as autoridades, a construção das redes no percurso e no local de destino almejado, são importantes aspectos que merecem destaque. Assim, trazemos alguns resultados de nossos trabalhos de campo, coordenados no âmbito do Circuito Imigrante e do LEF, onde buscamos demonstrar algumas características desses grupos de migrantes. Os trabalhos foram desenvolvidos entre maio de 2019 e janeiro de 2020, sendo interrompido em função da Pandemia Covid-19.

Conforme apuramos em abordagens que realizamos com alguns desses migrantes, seus itinerários foram pautados em diversas tentativas de fixação nos países por onde passaram, exceção à Bolívia, país que apareceu como espaço transitório em seus planos. Exemplo disso pode ser verificado nas informações que obtivemos dos noivos Yuri e Faviola, de 21 e 19 anos, respectivamente. Após a saída da Venezuela em 2017, eles tentaram obter trabalho e moradia no Peru, onde ficaram por 18 meses. Com a crise econômica e a carga de preconceito que disseram ter sofrido naquele país, eles contam que não conseguiam nada laboral que não fosse efêmero e precário. Contam que passaram por muitas privações, tendo que dormir nas ruas em Lima. A opção pelo Brasil apareceu a eles a partir de contatos com familiares na Venezuela que indicaram amigos que estavam em Belo Horizonte. O trâmite documental, por razões que eles não conseguiram entender, os reteve em Corumbá por 14 dias. Contaram que o apoio recebido da Pastoral da Mobilidade Humana e da Casa de Passagem José Lins foram decisivos para que não tivessem que dormir nas calçadas da cidade.

Assim como esse casal, diversos migrantes venezuelanos chegaram e chegaram ao Brasil por Corumbá em condições muito vulneráveis. Durante o ano de 2020, em plena pandemia, numerosos grupos, alguns com crianças no colo, se formavam nas ruas da cidade, com cartazes pedindo auxílio financeiro. Isso demonstrava que algo estava ocorrendo de maneira semelhante e, também, peculiar com esse grupo em comparação ao ocorrido com os haitianos em 2018. A retenção desses grupos na cidade apontava que algo estaria ocorrendo nos trâmites documentais na Polícia Federal, o que de fato foi constatado a partir das novas normas em função da Pandemia. Outro aspecto semelhante é a presença feminina, destacada pelo estado de gravidez ou pelos bebês que carregavam, assinalando a feminização da migração como algo muito relevante. E o ponto que diferencia os venezuelanos dos haitianos é a presença dos primeiros nos sinaleiros da cidade pedindo ajuda financeira. Essa realidade, os graus de vulnerabilidade a que estão inseridos aponta a necessidade urgente de autoridades, em todos os níveis, promoverem práticas e políticas que os deem condições de dignidade.

O caso de ingresso de haitianos e venezuelanos no Brasil por Corumbá tem revelado o quanto as migrações sul-sul têm graus e níveis de complexidades variadas o que, de acordo com Murillo-Pedrozo e Agudelo-Suarez (2019), dificulta o estabelecimento de padrões migratórios. Isso tem levado a municipalidade a adotar

medidas, em muitas vezes, que se pretende permanentes e eficazes, como na criação da Casa do Migrante em 2020.

CAPÍTULO II - MIGRAÇÕES PENDULARES E IMPACTOS EDUCACIONAIS

Neste capítulo intensificamos as discussões sobre a realidade migratória, aprofundando nossos estudos sobre fronteira do Brasil com a Bolívia, em Corumbá, MS. Abordamos suas particularidades, o fluxo intenso, cotidiano e rotineiro de pessoas, comércio e serviços que ocorrem naquela fronteira. Analisamos a notável presença de migrantes pendulares e de migrantes internacionais de passagem de variadas nacionalidades que se utilizam dessa modalidade de fluxo.

Apresentamos a Rede Municipal de Ensino (REME), demonstrando a presença de alunos migrantes internacionais matriculados em todas as modalidades de ensino. Especificamos nosso enfoque a partir de análise sobre a Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida e o CEMEI Catarina Anastácio da Cruz, dando ênfase aos alunos migrantes internacionais pendulares naquela unidade escolar, especificamente os procedentes da Bolívia, que cruzam diariamente a fronteira para estudar.

2.1 A fronteira em estudo e suas realidades migratórias internacionais.

A fronteira do Brasil com a Bolívia, está demarcada pela linha que limita os territórios do Estado Plurinacional da Bolívia e da República Federativa do Brasil se estende desde Corumbá no Mato Grosso do Sul, até Assis Brasil no Acre. A linha limítrofe começa no Pantanal e termina na Amazônia. O município de Corumbá, vizinho da Bolívia é o de maior extensão territorial de Mato Grosso do Sul e do Centro-Oeste com 64,7 mil km², tendo 72,3% de sua área na faixa de fronteira.

Compõem o arranjo transfronteiriço naquela localidade, os municípios de Corumbá e Ladário (Mato Grosso do Sul) - Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Departamento de Santa Cruz). Esta fronteira tem seu limite marcado por uma pequena ponte sobre o Arroyo Concepción, que está marcada na memória local, presente na lembrança dos mais antigos, especialmente dos bolivianos em Corumbá. A ponte, de acordo com essa memória, foi construída no início dos anos 1970, como anseio da população comerciante local, articulada junto aos representantes políticos, a fim de facilitar o trânsito na fronteira em época de cheias.

A história da construção das relações existentes nesta fronteira remonta ao

final da Guerra com o Paraguai (1864-1870) que liberou a navegação internacional pelo rio Paraguai, condição que impulsionou e trouxe atratividade à Corumbá. Seu porto fluvial, bastante movimentado, passou a ser o ponto terminal das navegações, o que foi determinante para que em 1878 o vilarejo fosse elevada à condição de cidade (SOUZA, 2001).

Corumbá é uma cidade que foi fundada por portugueses, feita por brasileiros e imigrantes de variadas nacionalidades. Importante centro atrativo de estrangeiros, para essa cidade se deslocaram, dentre outros: italianos, portugueses, espanhóis, franceses, sírios, libaneses (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2016). Essa cidade se destaca por sua condição fronteiriça, importante no processo de ocupação do centro do continente, que consideramos como o primeiro movimento que fazemos para tentar entendê-la. Por estar situada na fronteira com a Bolívia e fazer parte da Bacia Platina, através do Rio Paraguai, que a banha perenemente, uma de suas peculiaridades de grande relevância é a existência de fluxos migratórios internacionais desde o final daquele conflito, quando o número aproximado de habitantes era de 10.000 (OLIVEIRA, 2001).

Com mais de dois séculos de fundação, cravada no meio do Pantanal do Mato Grosso do Sul, essa fronteira apresenta relações sociais e institucionais de alta complexidade (OLIVEIRA; ESSELIN, 2015), tratando-se de um conjunto de cidades com uma população em torno de 170 (cento e setenta) mil habitantes, conforme estimativas do Circuito Imigrante (Circuito) e do Laboratório de Estudos Fronteiriços (LEF), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Damos destaque ao fato de Corumbá possuir, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 112.058 (cento e doze mil e cinquenta e oito) habitantes em 2020. Desta forma, ganha posição de destaque no estabelecimento das suas interligações por sua posição central em relação às demais cidades. Gás, minério, turismo, exportação e reexportação, barcos e barcaças no rio; carros, veículos, transbordo de passageiros dos táxis e coletivos intermunicipal, interestadual e internacional, pessoas a pé cruzam constantemente a fronteira, apresentando uma grande fluidez diária, tanto de pessoas como de mercadorias, dinamizando o trânsito, acessando sistemas de saúde, assistência social e de educação, causando vibrante movimento na fronteira.

Os deslocamentos e fluxo de pessoas nos territórios fronteiriços, nos levaram a pensar na polissemia da “fronteira”, neste estudo, tendo como palco desta

pesquisa especificamente a cidade de Corumbá, no oeste do estado de Mato Grosso do Sul na Fronteira do Brasil com Bolívia. Essas indagações polissêmicas surgiram a partir de um trabalho de observação *in loco*, quando um grupo em especial chamou a atenção para o desenvolvimento desta pesquisa, ver **Figura 2**, o ir e vir de estudantes procedentes da Bolívia, que atravessam a fronteira para estudarem em escolas brasileiras.

Figura 2 - Ponte sobre o Arroyo Concepción



Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2017

Em determinados horários no período matutino e vespertino, o ônibus de transporte escolar oriundo de estrada que dá acesso a assentamentos rurais do município, encosta próximo a essa ponte e dele desembarcam crianças e adolescentes trajados com uniformes da REME. Isso nos fez compreender que se tratava de alunos matriculados em escolas públicas municipais de Corumbá, localizadas em assentamentos rurais próximos à linha de fronteira, e que atravessavam à pé para o lado boliviano, conforme demonstra a **Figura 3**.

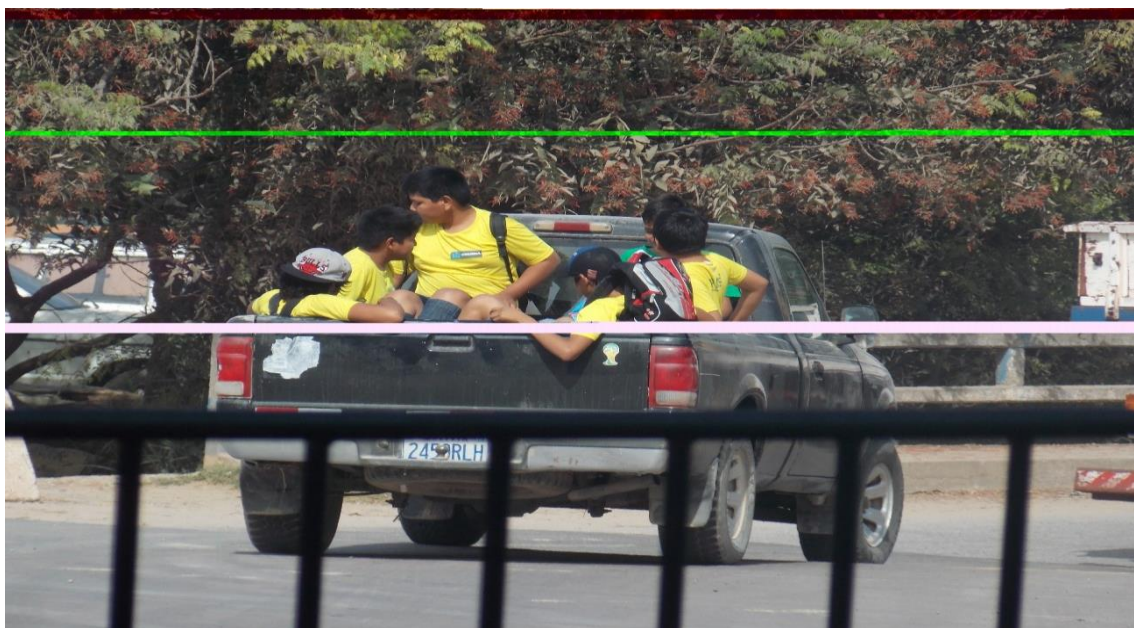
Figura 3 - Fluxo de alunos na fronteira em estudo



Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2017

Outros cruzavam o limite vindo pela Rodovia Ramon Gómez, principal via de acesso rodoviário entre Brasil e Bolívia na fronteira em estudo, em carros de passeio com placas bolivianas lotados de pessoas. Faziam uso também, de camionetas, inclusive em suas carrocerias deixando a impressão de estar de “carona”, ver **Figura 4**, o que segundo indagações com taxistas brasileiros, que fazem ponto no local, esta é uma prática comum para estudantes fronteiriços.

Figura 4 - Transporte de alunos fronteiriços



Fonte: Acervo do Circuito Imigrante, 2012

Desta forma, investigamos especificamente os alunos matriculados e cursando na Escola Municipal “Padre Ernesto Sassida” (CAIC) e no Centro Municipal de Educação Infantil “Catarina Anastácio da Cruz” (CEMEI), que estão localizados no mesmo espaço. A unidade escolar foi escolhida devido a sua localização estratégica, estando situada à margem da mesma rodovia de acesso ao limite fronteiriço, contando com estudantes que migraram ou migram diariamente, cruzando o limite para estudar e retornar aos seus lares no país vizinho.

Trata-se de migrantes pendulares, que nos motiva a identificar os fluxos, compreender os meios de transporte utilizados e suas modalidades e pontuar seus aspectos positivos e negativos na garantia do acesso à política educacional. Porém, nos instiga, também, a buscar compreender essa modalidade de migrantes pendulares, uma vez que estamos tratando de brasileiros que vivem no território boliviano e retornam ao Brasil pontualmente para fazer uso de uma política pública.

Foucher (1998), tipifica as fronteiras como aberta, semiaberta e fechada. Segundo o sentido de marcação feito pelo autor, a fronteira em estudo é definida como aberta, por força de acordos internacionais e de práticas de suas populações. Assim, a proximidade entre os dois países viabiliza fluxo intenso, cotidiano e rotineiro de pessoas, comércio e serviços e produz diversas barreiras e travessias que se cruzam e redefinem a compreensão dos limites nacionais (ALBUQUERQUE, 2009). Atualmente, os fluxos são em três sentidos, utilizam a fronteira como passagem rumo a outros destinos, como por exemplo as metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro; outros utilizam a fronteira como destino comercial, se instalando em ambos os lados e por fim os pendulares, Corumbá, ponto central para o ir e vir em direção à todas as cidades do entorno (OLIVEIRA; PAPA, 2016).

Nesta fronteira, além da notável presença dos pendulares, é possível constatar o fluxo intenso e regular de migrantes internacionais de passagem. Os mais volumosos, historicamente, são os bolivianos (SILVA, 2006), na maioria das vezes para trabalhar nas confecções paulistas (DOMINGOS, 2012). Há ainda aqueles que fixaram residência na região, dedicando-se principalmente ao pequeno comércio nas feiras livres ou nas calçadas, outros abrindo lojas de pequeno porte nas proximidades da área central de Corumbá. Em todos os tipos de movimentos migratórios que estão estabelecidos na fronteira em estudo, a diversidade de nacionalidades é bastante acentuada. Conforme estudos que realizamos junto ao Circuito Imigrante, encontramos brasileiros, peruanos, colombianos, nigerianos,

chilenos e argentinos que residem na Bolívia, assim como os brasileiros, bolivianos e paraguaios, que vivem do lado brasileiro, e que se utilizam desse fluxo pendular.

Não tivemos acesso a estudos que comprovem o período em que os bolivianos oriundos do Altiplano deram início a migração de maneira mais acentuada em direção à fronteira em questão. Alguns pesquisadores acreditam que teria ocorrido após a inserção daquele país de modo equivalente, todavia, com menos intensidade que no Paraguai (ALBUQUERQUE, 2010) quando adentraram às redes internacionais de comércio de produtos de procedência asiática, principalmente da China e do Japão. Tal processo teria seu início no começo dos anos 1980 (LOIO; MARINI; OLIVEIRA, 2017).

A fronteira em estudo possui importantes particularidades se comparada a outras regiões do País, aflorando suas contradições, complementariedades e diferentes formas de integração. Faz conexão com o resto do mundo por quatro modais: fluvial, aéreo, rodoviário e ferroviário. Nela são encontradas também, as chamadas “cabriteiras”, estradas vicinais que se comunicam com assentamentos e, consolidam relações fronteiriças no âmbito do legal e do ilegal, potencializando a permeabilidade intrínseca à essa região. Isso ao mesmo passo em que a Rodovia Ramão Gomez, principal via de acesso e ligação do Brasil com a Bolívia, cuja distância do centro de Corumbá é de cinco quilômetros, é dotada de órgãos de controle e fiscalização. Nela são encontrados Posto da Polícia Rodoviária Federal e o Posto Esdras, complexo fiscalizador composto pela Receita Federal e Polícia Federal (OLIVEIRA; CORRÊIA; OLIVEIRA, 2017).

E nesse contexto migratório e fronteiriço nos deparamos com meninos e meninas nascidos no Brasil e vivendo na Bolívia, que estudam na REME, em Corumbá. Esses sujeitos são migrantes internacionais, uma vez que não residem em território de nascimento, e também são retornados, ao passo que fazem uso sistemático e cotidiano de políticas públicas oferecidos pelo país de origem. Contudo, por exercerem mobilidade pendular, seu retorno não é por completo, o que os leva a construir suas relações familiares e sociais, incluindo as de vizinhança, preponderantemente, no país de residência. Essa condição peculiar a que estão inseridos esses meninos e meninas nos leva a denominá-los por semi-retornados.

Nossos estudos no Circuito Imigrante e no Laboratório de Estudos Fronteiriços continuam no sentido de encontrar melhores elementos conceituais para tal designação. Contudo, observamos que a diversidade dos fluxos migratórios em

fronteira impõe ao pesquisador uma série de desafios, sendo um deles a dinâmica espacial, as estratégias de sociabilidades e sobrevivência, que incluem as questões documentais e laborais, por parte dos migrantes internacionais pendulares. A forma como fixam residências, as escolhas pelas escolas dos filhos, as solidárias maneiras com que se agrupam para definir os meios de transportes para eles, estão entre temas que necessitam de aprofundamentos em estudos futuros.

Sabemos que a migração internacional não pode ser vista como um sujeito, ou grupo de sujeitos que saem de um país para outro. Diversos elementos constituem os complexos fluxos, incluindo suas intensidades, de pessoas, e a fronteira se apresenta como um desses elementos mais multifacetados em todo o percurso. Cavalcanti e Parella (2013) nos ensinam como as práticas transnacionais desenvolvidas pelos migrantes internacionais “[...] construyen y reconstruyen sus vidas simultáneamente imbricadas en más de una sociedad. (...) los inmigrantes desarrollan en sus actividades cotidianas nuevas experiencias y nuevos campos de relaciones sociales” (2013, p. 10-11).

Neste aspecto, a mobilidade pendular que esses migrantes fazem uso na fronteira merece especial destaque, uma vez que a circularidade, como uma espécie de retorno transitório, também pode ser vista como elemento constituinte de seu cotidiano. Assim, como assinalam os mesmos autores, devemos observar que o retorno, enquanto categoria da migração internacional, pode ser confundido como um movimento pleno em termos de presença, criando uma ilusão de permanência definitiva (CAVALCANTI; PARELLA, 2013).

Desta forma, ao analisarmos esses meninos e meninas nos questionamos sobre a expressão que adotamos, pois, semi-retornado pode induzir a uma compreensão de totalidade de imersão na realidade do país de origem. Talvez, circularidade consiga expressar o sentido de pendularidade mais especificamente, embora, haja uma espécie de retorno, mesmo que pontual, marcada no espaço e no tempo. Ainda assim, preferimos adotar, mesmo que provisoriamente, a expressão que os coloque como imersos, parcialmente, na realidade do país de origem. Desta forma, ao nos referirmos a esses estudantes como semi-retornados colocamos como centro de nossas análises a respeito das repercussões no ambiente escolar, incluindo as formas, muitas vezes pejorativas, que os brasileiros moradores no Brasil se referem a eles.

Assim, visamos nos desvencilhar de ideias estáticas de movimento de

retorno, buscamos inserir esse tipo de mobilidade migratória internacional em um contexto mais amplo e complexo. Isso, ao mesmo tempo em que devemos, em estudos futuros, nos ater nas formas inversas de repercussões, ou seja, como os amigos, vizinhos e parentes desses estudantes reagem ao fato de estudarem no Brasil.

2.2 A fronteira em estudo e a REME – REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Constituição Federal e a Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determinam que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem gerir e organizar seus respectivos sistemas de ensino. Cada um desses sistemas educacionais públicos, é responsável por sua própria manutenção, que gere fundos, bem como os mecanismos e fontes de recursos financeiros. A educação escolar compõe-se de dois níveis: a educação básica e a educação superior e, cada nível de governo possui responsabilidades diferentes, com relação à oferta da educação escolar em cada uma das etapas de ensino. A educação básica é formada por três etapas: a educação infantil, destinada a crianças entre zero e cinco anos de idade, e que deve ser oferecida em creches e pré-escolas; o ensino fundamental, com duração de nove anos; e o ensino médio, com duração mínima de três anos letivos, este de responsabilidade dos Estados. A oferta de atendimento em creches é facultativo, a oferta educacional obrigatória inicia-se aos quatro anos, na pré-escola.

A Constituição Federal garante aos municípios a mesma autonomia de Estados, Distrito Federal e União que estabelece um modelo para o pacto federativo ao definir que os entes devem se organizar em regime de colaboração, autônomos e em condições de igualdade, garantindo a participação na formulação e definição de políticas educacionais, contribuindo para construção de propostas de gestão pública educacional. A LDB, garante aos municípios a opção de manter sua rede integrada ao sistema estadual de ensino ou, compor com o estado um sistema único de educação básica. Sendo assim, é de competência dos estados e municípios elaborar e gerir seus respectivos sistemas de ensino.

É de competência dos municípios organizar o seu próprio sistema, e assumir a responsabilidade compartilhada do processo educacional sendo associado do

regime de colaboração entre os três níveis de governo, corroborando sua autonomia como pessoa jurídica que possui responsabilidades próprias. Aos municípios, fica a obrigação de constituir e legislar para seu sistema de ensino, bem como de autorizar, credenciar e supervisionar suas instituições (BRASIL, 2016)

A LDB determina que integram o Sistema Municipal de Ensino (SME) as instituições que ofertam educação infantil em creches e pré-escolas e o ensino fundamental mantidas pelo Poder Público Municipal, as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos municipais de educação, que são a Secretaria Municipal de Educação, ou núcleos, departamentos ou coordenadorias de educação.²

No município de Corumbá, a Lei Complementar Nº 150 de 04 de abril de 2012, define o Sistema Municipal de Ensino, como conjunto de órgãos, unidades e serviços que têm por finalidade a gestão, planejamento, coordenação, supervisão, controle e execução das atividades educacionais no Município, em conformidade com as diretrizes da educação nacional, assegurando a qualidade do ensino e o pleno desenvolvimento dos educandos e seu preparo para o exercício da cidadania. A Rede Municipal de Ensino como conjunto de unidades escolares que integram a REME e desenvolvem as atividades educacionais de competência do Município. E a gestão democrática, ações de efetivação de mecanismos de acompanhamento, controle e definição das políticas educacionais, bem como da organização do trabalho educativo na gestão do sistema de ensino e das unidades escolares, com a participação dos profissionais de educação e da comunidade, em órgãos colegiados;³

A Rede Municipal de Ensino (REME) em Corumbá possui 40 unidades escolares e 17 extensões distribuídas na área urbana e rural do município, onde encontram-se matriculados o total de 14.665 (quatorze mil seiscentos e sessenta e cinco) alunos, distribuídos na educação infantil (creche e pré-escola) 3.898 (três mil oitocentos e noventa e oito), no ensino fundamental I (1º ao 5º ano) 6.607 (seis mil seiscentos e sete), no ensino fundamental II (6º ao 9º ano) 3.210 (três mil duzentos e dez) e na EJA – Educação de Jovens e Adultos 950 (novecentos e cinquenta)

² Lei 9.394/1996, (LDB) – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, art. 11 (incs. III e V) e art. 18

³ Lei Complementar Nº 150/2012, Institui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal de Corumbá e dispõe sobre direitos, vantagens e obrigações de seus integrantes. Art. 3º (incs. I, II e III)

alunos (TAGNOS,2020). A REME atende migrantes internacionais nos tipos pendulares e permanentes (GOLIN, 2017), distribuídos nas salas de aula compartilham desses espaço de aprendizado, alunos brasileiros e estrangeiros, com hábitos e culturas diferentes. Neste aspecto, consideramos importante observar que “[...] fronteira e cultura carregam os traços das relações econômicas, políticas, éticas, morais, religiosas, particulares de cada ambiente construído e, sobretudo de relações de poder” (COSTA, 2012, p.17). E isso, em diversos momentos é manifestado.

A REME ainda não possui dados básicos sobre a movimentação escolar na fronteira em estudo, portanto são sujeitos excluídos de políticas educacionais específicas em Corumbá, como, por exemplo, na oferta de linhas de ônibus de transporte escolar que os conduza até o limite entre os países.

Golin (2017) afirma que inúmeros alunos com influência familiar, econômica e cultural da Bolívia, mesmo que oficialmente brasileiros, podem residir na Bolívia ou no Brasil, e cruzar diariamente a fronteira em diferentes meios de transporte num movimento pendular porque residem na fronteira boliviana e estudam em Corumbá – MS, no lado brasileiro. Em nossa pesquisa pudemos identificar que muitos alunos ao serem indagados sobre em qual país moram, estes alunos e/ ou responsáveis, responderam que residem na Bolívia e são matriculados e frequentes no Brasil.

Conforme aponta Golin (2017), quando se trata da educação fronteiriça, um detalhe importante é a diferenças de idiomas entre os países. O português é a língua mãe para os brasileiros e, predominantemente é ensinado nas escolas o inglês, como língua estrangeira moderna. Essa realidade desconsidera o idioma espanhol, que é a principal língua oficial dos países fronteiriços que se avizinham ao Brasil, e essa desconsideração pode deflagrar distanciamentos formais das instituições educativas, sobretudo se considerarmos, em termos fronteiriços, a negligência dessa língua estrangeira no Brasil. Ou seja, o fato de não haver o ensino regular da língua espanhola é, em nosso entendimento, um obstáculo considerável para possibilidades de integração entre instituições e para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a imensa maioria dos alunos estrangeiros é oriunda de países de língua hispânica.

Em Corumbá, a REME não possui legislação específica para educação que considere sua condição de cidade-gêmea fronteiriça, tampouco possui regulamentação para o ensino do idioma espanhol nas séries iniciais, no caso, o

Ensino Fundamental I. Pudemos constatar no decorrer desta pesquisa que o Sistema Municipal de Ensino (SME) desconsidera sua condição fronteiriça, no tocante a sua organização funcional, estrutura curricular e recursos humanos. O fato de Corumbá estar situada em região de fronteira não é sequer apontado nos estudos e planejamentos realizados pela SEMED, conforme identificado no último relatório bianual (2018-2019) de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação - PME 2015-2025 daquele município.

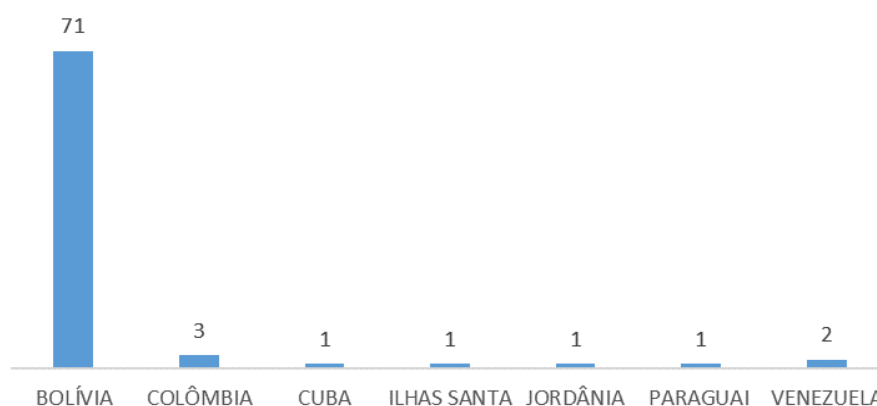
Contudo, a partir do ano 2012, o município em atendimento ao disposto no § 4º do art. 2º da Lei N 11.738, de 16 de julho de 2008 (Lei do Piso Nacional do Magistério) e nos incisos I e II do art. 32 da Lei Complementar Municipal Nº 150, de 4 de abril de 2012, regulamentada pelo decreto Municipal Nº 1.060, de 21 de junho de 2012, regulamenta as horas-atividades dos profissionais de educação, previstas no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal, para tanto houve uma alteração na base diversificada da matriz curricular, aprovada pelo CME (Conselho Municipal de Educação) que inseriu o ensino da língua estrangeira no Ensino Fundamental I (séries iniciais).

Desde então as escolas que apresentavam o maior número de alunos estrangeiros matriculados passaram a ofertar o espanhol como língua estrangeira na base diversificada, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Educação daquele município (OLIVEIRA; ALMEIDA; AGUILAR, 2020).

Trazemos dados e informações disponibilizadas pelo Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Educação, extraídas do Sistema de Gestão e Escrituração Escolar da SEMED, (TAGNOS). Embora a terminologia apresentada no sistema e nas informações disponibilizadas pelo referido órgão municipal seja o termo “estrangeiros”, que estará evidenciado em documentos oficiais, utilizaremos a expressão semi-retornados, ao nos referirmos a esses meninos e meninas nascidos no Brasil e vivendo na Bolívia, que estudam na REME, em Corumbá.

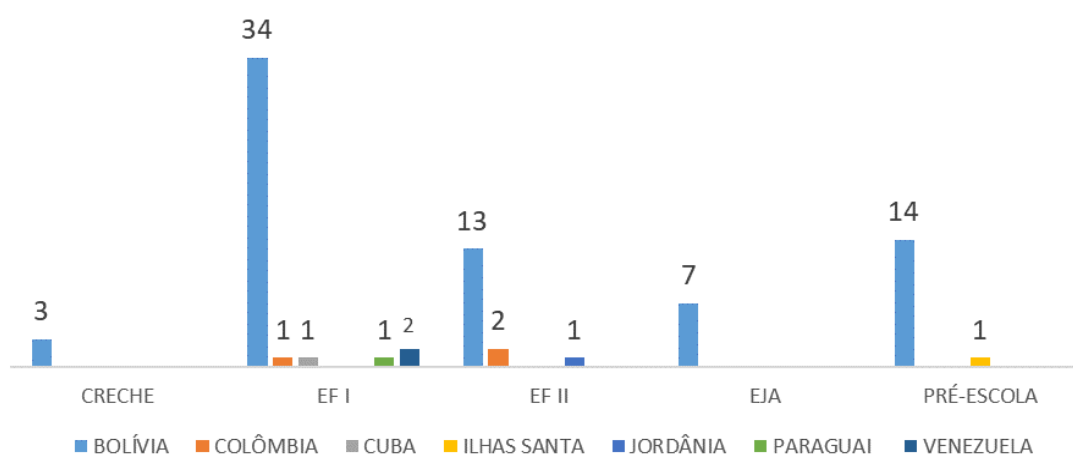
Encontram-se matriculados na Rede Municipal de Ensino em 2020, um total de 80 (oitenta) alunos estrangeiros⁴ de 07 (sete) nacionalidades diferentes, são eles, venezuelanos, colombianos, abissínios, jordanianos, cubanos, paraguaios e bolivianos, estes em maior quantidade, conforme demonstra o **Gráfico 1**.

⁴ Relatório Impresso em 22/10/2020 às 12:06:49 pelo usuário - 2014128

Gráfico 1 - Total de alunos matriculados por nacionalidade - REME 2020

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Corumbá - MS.

O **Gráfico 2** que trata dos alunos estrangeiros matriculados por etapa de ensino na REME em 2020, demonstra a presença de alunos estrangeiros matriculados em todas as etapas de ensino ofertadas na Rede Municipal de Ensino em Corumbá. O maior número de matrículas concentra-se no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), seguido da Pré-Escola, Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e em menor quantidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Creche.

Gráfico 2 - Alunos estrangeiros matriculados por etapa de ensino - REME 2020

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Corumbá – MS

Desta forma, é evidenciado no **Quadro 1** os alunos estrangeiros matriculados na Rede Municipal de Ensino em Corumbá - MS (2015-2020), entretanto a presença de alunos estrangeiros vem sofrendo variações quanto ao número de matrículas e nacionalidades ao longo dos últimos anos na REME.

Quadro 1 - Alunos estrangeiros matriculados na Rede Municipal de Ensino em Corumbá – MS (2015-2020)

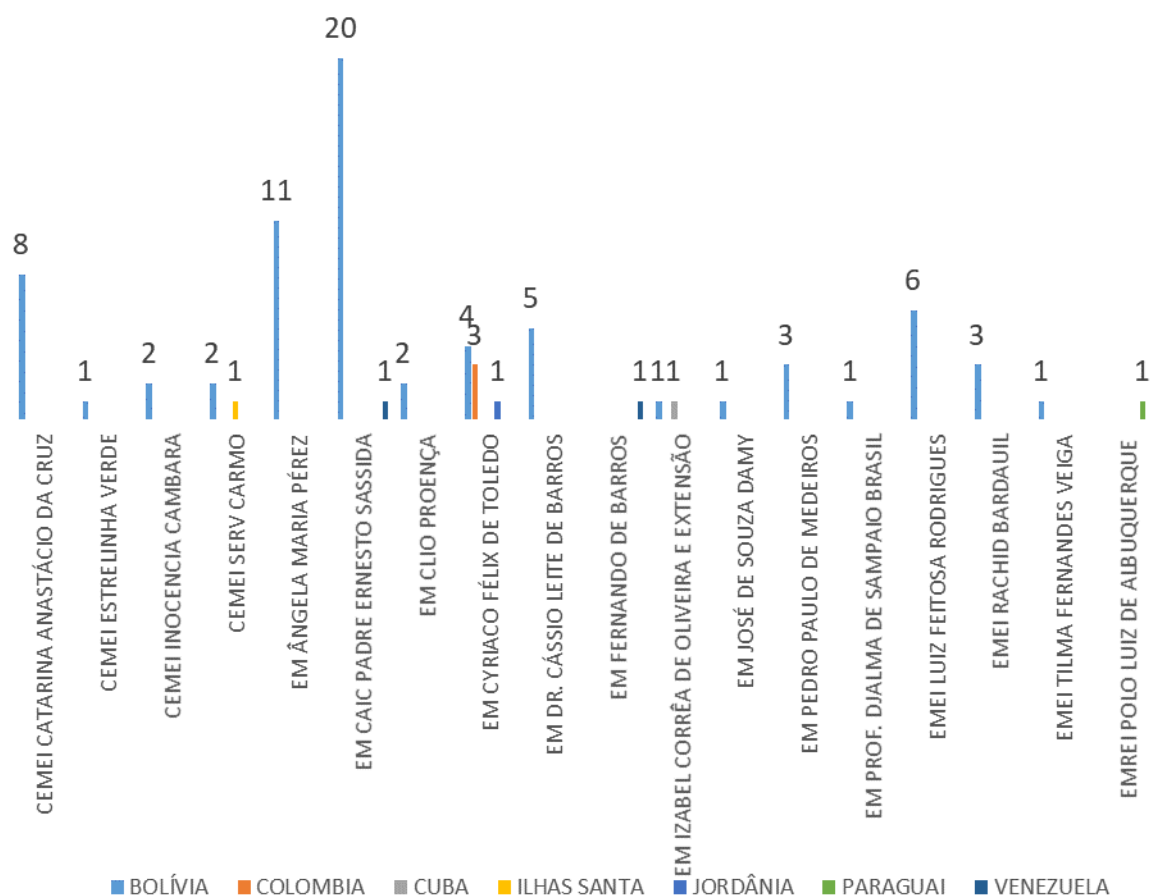
País de Origem	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Arábia Saudita	1	2	-	1	-	-
Bolívia	31	40	52	61	66	70
Abissínia	1	1	1	2	1	1
EUA	-	1	-	-	-	-
Japão	6	8	3	2	-	-
Jordânia	3	2	-	1	1	1
Paraguai	3	6	-	2	1	1
Espanha	1	2	-	2	-	-
Palestina	-	1	-	-	-	-
Cuba	-	-	2	2	-	1
Colômbia	-	-	1	1	6	3
Venezuela	-	-	-	4	2	2
Ilhas Santa Cruz	-	-	1	1	1	1

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Corumbá - MS

Em crescente evolução o número de alunos de nacionalidade boliviana, fato este decorrente da proximidade da fronteira em estudo com aquele país, mantendo o número de matrículas para as demais nacionalidades, apresentando notável crescimento no número de colombianos em 2019, com redução de 50% se comparada às matrículas realizadas no ano letivo de 2020.

A Tabela demonstra também que nesta fronteira, além dos migrantes internacionais pendulares e os de passagem, é possível evidenciar a presença de migrantes semi-retornados e migrantes internacionais permanentes, aqueles que fixam residência e que se utilizam de políticas públicas locais, neste caso específico da política educacional.

Pudemos constatar a presença de alunos que ingressam na REME e dão continuidade aos estudos nas etapas escolares por anos consecutivos. Evidenciamos a presença de irmãos e alunos com sobrenome da uma mesma família, indicando grau de parentesco. Esses dados comprovam que existe uma estabilidade na permanência e fixação da família.

Gráfico 3 - Alunos estrangeiros matriculados na REME - 2020

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Corumbá-MS

O **Gráfico 3** demonstra a presença desses alunos distribuídos na Rede Municipal, matriculados em unidades de ensino distintas, localizadas nos bairros mais afastados do centro da cidade e na zona rural e, não somente naquelas unidades localizadas próxima à fronteira em estudo. Citaremos como exemplo a Escola Municipal Rural Polo Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, localizada no Distrito de Albuquerque e a Escola Municipal José de Souza Damy, localizada no Bairro Cristo Redentor, porém concentrando o maior número de matrículas no CAIC e no CEMEI Catarina Anastácio da Cruz, ambas localizadas no mesmo espaço físico, divididos por blocos de atendimento em consonância a etapa de ensino, Ensino Fundamental, EJA e Educação Infantil, compartilhando da mesma Gestão Escolar, com coordenação pedagógica, corpo docente e administrativo distintos.

A informação da nacionalidade destes migrantes, é aquela que consta na certidão de nascimento apresentada, e/ou declarada pelo próprio aluno quando maior de idade ou responsáveis no ato da matrícula.

Para ingresso de qualquer estudante na REME, após a consulta de vagas, deverá ser realizada a pré-matrícula digital, disponível no portal da Prefeitura Municipal de Corumbá⁵, acessando o Link da REME – Serviços da Secretaria Municipal de Educação.

Para efetivar a matrícula, o responsável pelas informações, deverá apresentar na unidade de ensino escolhida toda documentação⁶ originais e cópias, que comprovem as informações preenchidas no formulário online, dentro do prazo estabelecido no formulário de pré-matrícula na referida unidade de ensino. Para os alunos não nascidos no Brasil, apesar de recomendável a apresentação dos documentos, não é obrigatória.

No Brasil, a Lei nº 13.445/2017 - Institui a Lei de Migração, que assegura o direito aos imigrantes de frequentarem a escola mesmo que sem histórico escolar, documentação de identidade, principalmente a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) antigo Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e comprovante de residência, apresentando apenas os documentos que o imigrante dispuser⁷. Na falta de alguns dos documentos o migrante não pode ter sua matrícula negada. Do mesmo modo, não pode ser empecilho para acesso à educação a exigência de traduções simples ou juramentadas.

A REME durante o período desta pesquisa ainda se encontrava com seu protocolo de matrícula desatualizado em relação à legislação vigente, conforme art. 16 da Resolução /SEMED Nº 274 de 02 de dezembro de 2019 publicada na Edição Nº 1.804 do Diário Oficial do município.

2.3 A Escola Municipal CAIC PADRE ERNESTO SASSIDA e o CEMEI CATARINA ANASTÁCIO DA CRUZ.

Em princípio, com a denominação de Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIACs), compunham o Projeto Minha Gente, instituído

⁵ <http://www.corumba.ms.gov.br>

⁶ RESOLUÇÃO/SEMED Nº 274 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019. Art. 16 Protocolo da pré-matrícula digital; Certidão de Nascimento / Casamento; Documento de Identidade dos interessados, quando maiores de idade ou responsáveis legais, quando menores de idade; CPF dos pais ou responsáveis legais; Comprovante de Residência; Documento de Transferência (quando necessário); Histórico Escolar (quando necessário); Laudo Médico ou Avaliação Psicopedagógica para estudantes com deficiência (Caso já possua); Carteira de Vacinação (para a Educação Infantil); Cartão do SUS e número do NIS; CPF do Aluno (Caso já possua); RG do Aluno (Caso já possua); Documento de Permissão emitido pela Polícia Federal, quando estrangeiro.

⁷ Decreto Nº 9.199, de 20 de Novembro de 2017. Art. 2º

pelo decreto federal Nº 91/1991, cuja finalidade desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social, relativas à criança e ao adolescente⁸ com a implantação de unidades físicas. O Projeto de implantação dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs) como um programa educacional brasileiro, foram inspirados na Escola Parque, localizada na cidade de Salvador no estado da Bahia, pioneira na proposta educacional integral e profissionalizante tendo como público alvo a população em vulnerabilidade social (CUNHA, 1994).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do CAIC, descreve num breve histórico da escola [...] A Lei Federal nº .8642 de 30/03/1993, “dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – PRONAICA e dá outras providências “.

A ênfase conferida pelo MEC à pedagogia de Atenção Integral e as variadas formas de operacionalizá-la refletiu-se de imediato na alteração do nome dado às unidades de serviços especialmente construídas para esse fim. Na denominação anterior CAIC era destacada característica construtiva no “Centro Integral”, agora com a marca CAIC, a tônica desloca-se para “Atenção Integral”, como consta em seu Projeto Político Pedagógico, elaborado para o triênio 2018/2020.

O Centro de Atendimento Integral à Criança CAIC - “Pe Ernesto Sassida” foi criado pelo Decreto Municipal nº 129/1996, inaugurado em 15 de novembro de 1996 com início das atividades em 1º de fevereiro de 1997. Com oferta de educação básica, ensino fundamental das séries iniciais (1ª a 4ª série) distribuídas em 06 (seis) turmas no período matutino e outras 06 (seis) no vespertino. Em fevereiro de 1998, ampliou a oferta das séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e da educação infantil, foi criado o setor de educação especial. A oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve início no ano de 2005, com 06 (seis) turmas para 18 (dezoito) alunos no período noturno.

A partir do Decreto Municipal Nº 270/1998, foi dada nova denominação às creches comunitárias vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), sendo que na oportunidade foi criada e denominada a Creche “Catarina Anastácio da Cruz” do Centro de Atendimento Integral à Criança “Pe Ernesto Sassida” – CAIC – (1998). Já o Decreto Municipal nº 112, de 14 de abril de 2005,

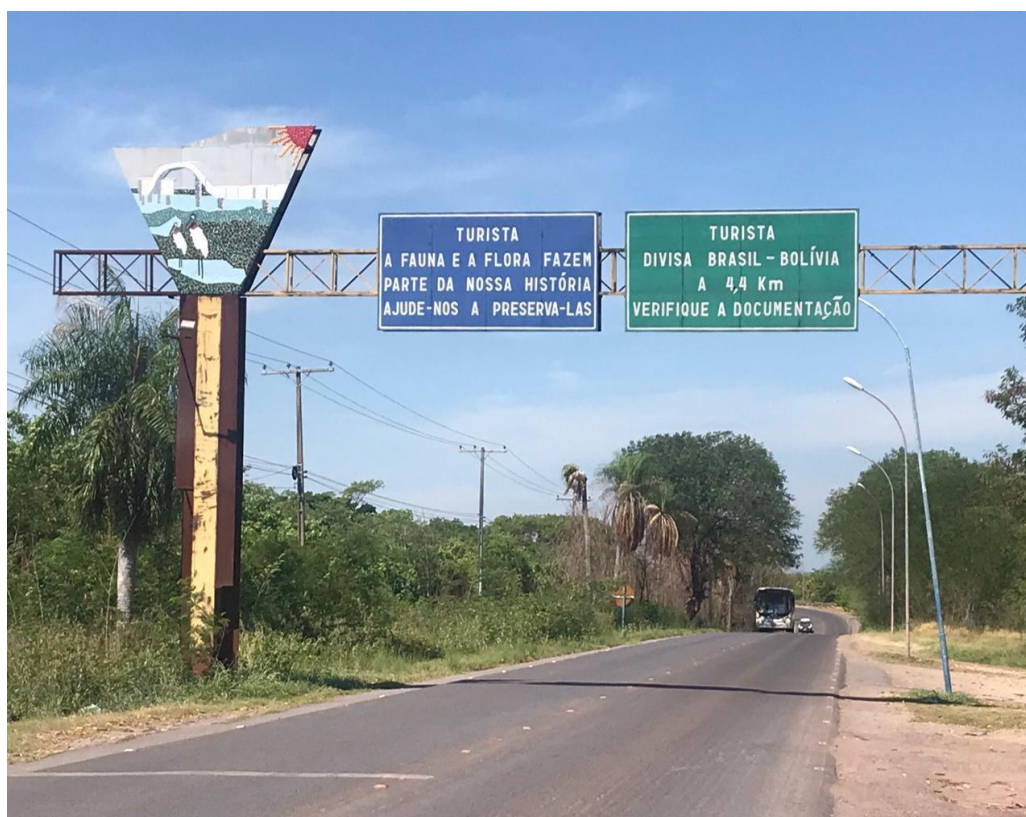
⁸Decreto Nº 91, de 14 de maio de 1991. Art. 1º

determinou a incorporação do Centro de Educação Infantil com a unidade escolar, tendo sua denominação alterada para Centro de Atendimento Integral à Criança - CAIC – Pe Ernesto Sassida e Centro de Educação Infantil Catarina Anastácio da Cruz, posteriormente alterado pelo Decreto Nº 1.646/2016, que dá nova denominação às Creches Municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, a mesma passa a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Catarina Anastácio da Cruz (1998), localizada na Rodovia Ramão Gomes s/nº- Bairro Dom Bosco.

No ano letivo de 2020 o CEMEI oferta Educação Infantil (creche e pré-escola) e o CAIC Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Fundamental II (6º ao 9ºano) nos períodos matutinos e vespertinos e a EJA no período noturno.

A escola está localizada em área de fácil acesso, principalmente para os alunos residentes fronteiriços⁹, **Figura 5** na margem direita da rodovia Ramon Gomez (km 01), Bairro Dom Bosco em Corumbá /MS, com 24.316,12 m² de terreno e 4.365 m² de área construída.

Figura 5: Rodovia Ramon Gomez



Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

⁹ Residente fronteiriço - pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserve a sua residência habitual em Município fronteiriço de país vizinho. Decreto Nº 9.199/2017 Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Art.1º inc. IV

O conjunto arquitetônico do CAIC apresentada na **Figura 6** entrada principal da unidade escolar, contempla três blocos prediais e quadra poliesportiva, sendo um bloco com dois pavimentos e outros dois blocos térreos, em função da diferença de nível da área em que foi construído. Bloco 1 com dois pavimentos. Pavimento Térreo: cozinha com despensa e refeitório, vestiários, almoxarifado, sala de vídeo, sala de coordenação, secretaria escolar, área de circulação, sala de direção, sala para professores e sala de reuniões. Segundo Piso: 12 (doze) salas de aula e depósito para materiais. Bloco 2, Térreo: biblioteca, auditório, depósito, 02 (duas) salas de aula, 02 (duas) salas para oficinas, 01 (uma) sala de música, 01 (uma) sala de artes plásticas, 01 (uma sala) consultório odontológico, 01 (uma) sala consultório médico pediatra, 01 (uma) sala consultório médico obstetra, 01 (uma) sala para vacinação e pesagem, 02 (duas) salas para plantão de atendimento, sanitários e almoxarifado. Bloco 3, Térreo CEMEI Catarina Anastácio da Cruz: 05 (cinco) salas de aula, refeitório, 01 (uma) sala de secretaria, 01 (uma) sala de apoio pedagógico, 02 (dois) berçários, 01 (um) lactário, área coberta de lavanderia, 01 (uma) sala de rouparia, banheiros e vestiários para funcionários, 01 (uma) sala múltiplo uso, área coberta para recreação e playground.

Figura 6: E.M. CAIC Padre Ernesto Sassida

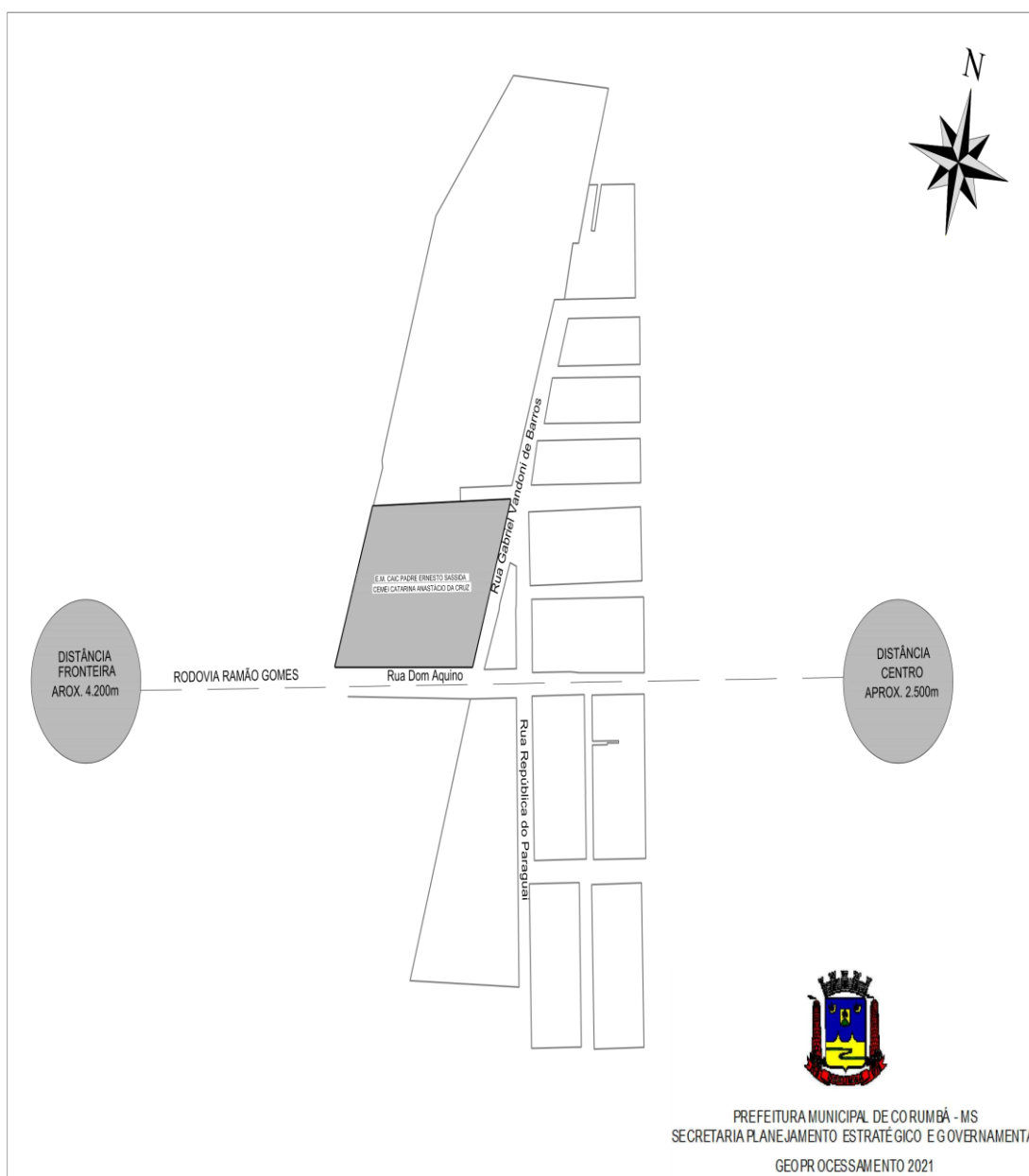


Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

Mantida com recursos próprios da Prefeitura de Corumbá e de outras fontes alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Palco de nossa pesquisa, inserida no Bairro Dom Bosco, atende a clientela daquele bairro e do entorno, Bairro da Cervejaria, Aeroporto, Generoso e alunos vindos da fronteira, da cidade de Puerto Suaréz – Bolívia, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola/CEMEI, com vigência para o triênio 2018/2020, **Figura 7.**

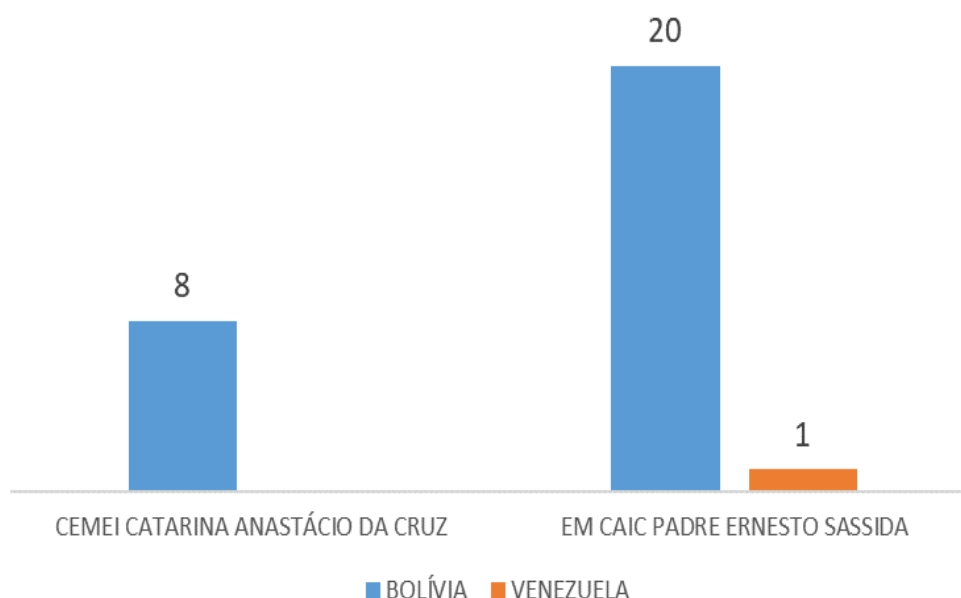
Figura 7 - Localização da E.M. Caic Padre Ernesto Sassida



Fonte: Secretaria de Planejamento Estratégico e Governamental, Corumbá – MS, 2021

Registros de servidores no Núcleo de Gestão de Recursos Humanos (NGRH) /SEMED/2020, confirmam que encontram-se lotados naquela unidade escolar 78 (setenta e oito) Profissionais de Educação – Professores, destes 56 (cinquenta e seis) atuam no CAIC e 22 (vinte e dois) no CEMEI, 41 (quarenta e um) Auxiliares e Técnicos Administrativos, 21 (vinte e um) prestam serviços no CAIC e 20 (vinte) no CEMEI, totalizando 119 (cento e dezenove) servidores que atendem uma clientela de 547 (quinhentos e quarenta e sete) alunos matriculados na E.M. CAIC Padre Ernesto Sassida e 311 (trezentos e onze) alunos matriculados no CEMEI Catarina Anastácio da Cruz, totalizando 858 (oitocentos e cinquenta e oito) alunos matriculados naquela unidade escolar (TAGNOS,2020).

Gráfico 4 - Alunos estrangeiros matriculados E.M.CAIC e CEMEI - 2020



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Corumbá – MS

O **Gráfico 4** demonstra a presença de alunos estrangeiros matriculados na unidade escolar. Do número total de alunos estrangeiros matriculados, 29 (vinte e nove) são de nacionalidade boliviana e 01 (um) de nacionalidade venezuelana.

Figura 8 - Presença de migrantes semi-retornados no CAIC



Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

Observando a movimentação na entrada principal daquela unidade escolar, mesmo em período de aulas presenciais suspensas, como medida de prevenção e controle ao COVID – 19, pudemos constatar a presença de alunos, migrantes semi-retornados, em companhia do responsável, desembarcando de veículo com placas do país vizinho, **Figura 8**.

A realidade migratória e suas complexidades, aparecem vivas na unidade escolar em estudo, que são abordadas no capítulo III.

CAPÍTULO III - TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA

Neste capítulo, apresentamos o transporte público escolar como política pública e o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE). Trouxemos o perfil da oferta do Transporte Escolar no município.

Apresentamos a metodologia de pesquisa, que incluiu abordagens realizadas junto a equipe gestora da unidade escolar investigada, e questionário em português e em espanhol, aplicados através de formulário eletrônico do *google docs* nos grupos do aplicativo *whatsApp* de pais e/ou responsáveis dos alunos do CAIC e do CEMEI. Optamos pela utilização dessas ferramentas considerando que, de acordo com a orientação da equipe gestora da unidade escolar, essa é a forma de comunicação mais utilizada pelos alunos e suas famílias neste período de pandemia, que perdurou durante toda a fase de desenvolvimento desta Dissertação, levando a suspensão das aulas presenciais.

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de investigar o transporte escolar em região de fronteira: especificamente os meios de transporte, segurança e modalidades utilizados pelos alunos na fronteira Brasil/Bolívia na Escola Municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” e CEMEI “Catarina Anastácio da Cruz” e propor a inserção de nova linha de transporte escolar no município.

Apresentamos o resultado de nossa pesquisa e a proposta de aplicação desta dissertação, considerando nossa condição de cidade fronteiriça a localização da unidade escolar investigada e a necessidade do transporte público escolar.

3.1 Transporte Público Escolar.

A educação como direito individual e social foi instituída pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (BRASIL,1988), a mesma assegura ao aluno da Escola Pública o direito ao transporte escolar, consolidado como política pública, com planejamento, orçamento e gestão financeira dos recursos alocados para essa oferta, como forma de garantir acesso e beneficiar os alunos matriculados em todas as etapas de ensino nas escolas públicas do país.

O texto constitucional, trata diretamente a ação suplementar de transporte

para atendimento ao aluno, em princípio para os do ensino fundamental está previsto no Art.208, inciso VII - CF/1988, alterada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, para atendimento a todas as etapas da Educação Básica (BRASIL, 1988).

A LDB (BRASIL, 1996) provisiona atendimento aos programas suplementares, como o de transporte escolar, aos alunos do ensino fundamental, conforme previsto no seu Art. 4º, como garantia e dever do Estado o transporte para os alunos da Educação escolar pública. A Lei nº 10.709 de 31 de julho de 2003, instituída com o escopo de acrescentar incisos aos Artigos 10 e 11 da Lei nº 9.394/96, determina a competência dos estados e municípios em assumir o transporte escolar dos alunos matriculados em suas respectivas Redes de Ensino. Texto alterado pela Lei 12.796/2013, em seu Art.4º inciso VIII, no qual estabelece que o “[...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prevê ainda no Art. 10, inciso VII, incumbência aos Estados da federação e, inciso VI, aos municípios, assumirem a responsabilidade do traslado dos alunos de suas respectivas redes; enquanto que no art.70, inciso VIII, inclui ações de manutenção de programas de transporte escolar, na relação de despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL,1996). Dessa forma permite a utilização de fontes de recursos para custeio e aquisição de veículos para o transporte escolar provenientes do salário educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, com vigência para o período 2007-2020. Por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, o FUNDEB fica instituído como aparato permanente de financiamento da educação pública.

O transporte escolar caracteriza-se como um serviço fundamental para o acesso à educação e à inclusão social. Devemos observar que no Brasil, incluindo a fronteira em estudo, para muitos alunos o transporte escolar não é opção, e sim o único meio de acesso e permanência na escola.

A política pública de transporte escolar é composta por dois programas: O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), instituído pela Lei Nº 10.880, de 09 de junho de 2004, que tem por objetivo oferecer transporte escolar

aos alunos da Educação Básica Pública, residentes prioritariamente em área rural nos estabelecimentos escolares e que necessitem utilizar o transporte escolar. E o Programa Caminho da Escola, criado em 2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.768, de 2009, com a finalidade de renovar e padronizar a frota de veículos e embarcações de transporte escolar, contribuindo assim para o acesso e permanência dos alunos nas escolas públicas de Educação Básica.

No âmbito do Ministério da Educação (MEC) por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que presta assistência financeira aos municípios para custear suas despesas com manutenções, taxas e aquisição de materiais necessários para manter sua frota de veículos e embarcações em perfeito estado de uso, segurança e conservação, reconhecendo o transporte escolar como política educacional, essencial e relevante na garantia do direito à educação pública (RIBEIRO; JESUS,2015);

Na fronteira em estudo, na cidade de Corumbá, MS, a gestão do transporte público escolar é responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Custeado com recursos próprios do tesouro municipal e recursos transferidos fundo a fundo, de forma automática e periódica, sem a necessidade de autorização ou convênios para tal finalidade, diretamente do FNDE para o Fundo Municipal de Educação (FME). Conta, também, com recursos oriundos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, mediante celebração de convênio.

Atende por meio de parceria estudantes das redes municipal e estadual de ensino, matriculados nas escolas localizadas na zona rural e que necessitam de transporte público (rodoviário e fluvial) para se deslocar até a escola. O aspecto de transporte fluvial é uma realidade em Corumbá, sobretudo por incluir as regiões ribeirinhas, que abriga 60% de seu território localizado na região do Pantanal Sul-mato-grossense à beira do Rio Paraguai.

Em sua estrutura organizacional está a Gerência de Gestão do Sistema de Ensino (GGSE) que entre outras atribuições está o gerenciamento do PNATE em âmbito local. Vinculado a esta gerência, está o Núcleo de Transporte Escolar (NTRAE) responsável pela operacionalização, organização, manutenção e monitoramento dos veículos da frota oficial do Transporte Público Escolar e operacionalização do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar daquele município. O NTRAE é composto por 34 (trinta e quatro) servidores efetivos do quadro da prefeitura municipal (motoristas e monitores escolares) e 36 (trinta e seis)

contratados e comissionados (mecânicos, pilotos de barco escolar, monitores de barco escolar, motoristas e monitores de tratores escolares).

A frota de transporte escolar é composta por 35 (trinta e cinco) veículos rodoviários e fluviais, sendo 06 (seis) micros ônibus, 18 (dezoito) ônibus, 05 (cinco) tratores com carretinhas e 06 (seis) barcos escola. Transporta em média 1.456 (Um mil, quatrocentos e cinquenta e seis) alunos/dia residentes na zona rural (Assentamentos) e Regiões Ribeirinhas (março/2020), matriculados em 16 (dezesesseis) unidades, sendo Escolas Municipais Rurais Polos e suas extensões, atendendo nos períodos matutino, vespertino e noturno. Os estudantes advêm da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Médio, estes em linhas mistas em consonância ao Termo de Cooperação com o Governo de Estado de Mato Grosso do Sul, em cumprimento a Lei nº 5.146 de 27 de dezembro de 2017, que estabelece diretrizes e normas sobre o acesso ao transporte escolar aos alunos matriculados da Rede Estadual de Ensino e que residem na área rural, estabelecendo regime de colaboração entre estado e município.

O transporte público escolar faz a oferta de mobilidade nas regiões onde estão localizadas as escolas municipais rurais e ribeirinhas, fazendo a cobertura das redes de ensino público municipal e estadual. Essas regiões rurais são: Assentamento Tamarineiro I (Escola Municipal Rural Integral Eutrópia Gomes Pedroso – 15 km distante do perímetro urbano); Tamarineiro II e Paiolzinho (Escola Municipal Rural Paiolzinho – 20 km distante do perímetro urbano) Assentamento Taquaral e Região do Jacadigo (Escola Municipal Rural Integral Monte Azul – 20 km distante do perímetro urbano) Assentamento Urucum (Escola Municipal Rural Carlos Cárcano – 15 km, extensão Castro Alves - 30 Km e Extensão Nossa Senhora Aparecida - 65 km do perímetro urbano), Assentamento Mato Grande, Assentamento São Gabriel e Distrito de Albuquerque (Escola Municipal Rural Luiz de Albuquerque - 70 km do perímetro urbano), Região do Nabileque (Estância Esmeralda – 216 km do perímetro urbano e São Francisco do Pau Arcado - 187 km do perímetro urbano), Escola Municipal Rural Passo do Lontra, BR 262 – 140 km do perímetro urbano, Porto da Manga – 60 km do perímetro urbano. Escola Polo Porto Esperança distrito de Porto Esperança 75 km do perímetro urbano, extensão na região do Paraguai Mirim (Escola Jatobazinho Ilha Verde – 104 km, Escola Paraguai Mirim próximo a Serra do Amolar – 150 km, Barra de São Lourenço divisa MS/MT 216 km, Duque de

Caxias – destacamento militar Porto Índio 290 km). Região do Paiaguás (Escola Santa Mônica – 488 km), colônia São Domingos (Santa Aurélia – fazenda Santa Maria, São João – Fazenda Santa Irene – 88 km), colônia do Cedro (Boa Esperança – Corixão – 180 km, Nazaré – Fazenda Farroupilha – 190 km), Colônia do Bracinho (Escola Municipal Rural Sebastião Rolon – 180 km).

O **Quadro 2**, Linhas de Transporte Rodoviário Escolar – Corumbá-MS, a seguir, demonstra a quantidade de rotas desse transporte escolar rodoviário no município, distribuído em 23 (vinte três) linhas, puras e mistas, bem como a sua região de abrangência. Esta oferta é feita com frota própria, ônibus e micro-ônibus, veículos que são patrimônio da Secretaria Municipal de Educação e também por meio de contrato com empresa terceirizada especializada e habilitada para o transporte de escolares.

Quadro 2 - Linhas de Transporte Rodoviário Escolar - Corumbá MS

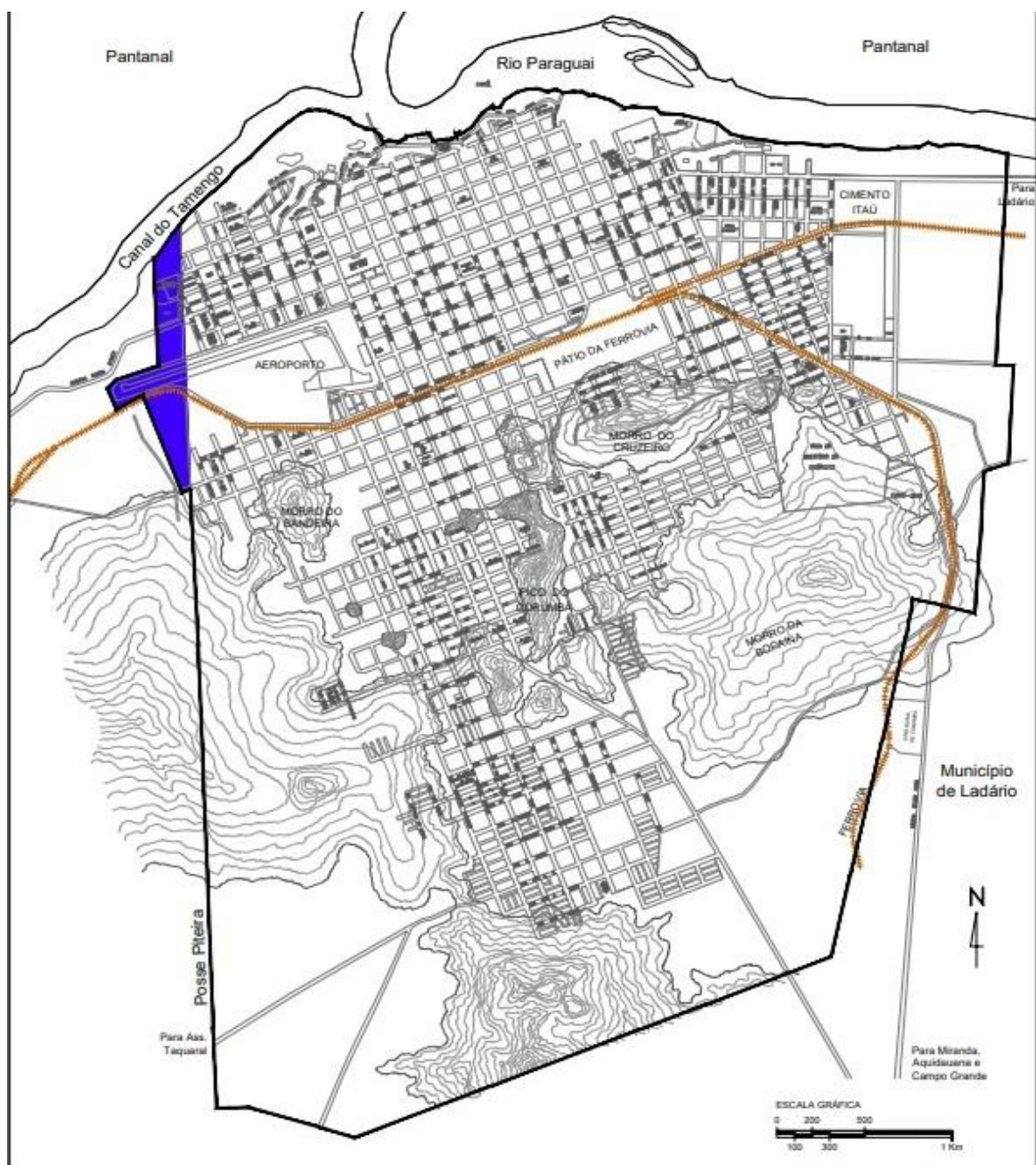
NOME	QUANTIDADE DE LINHAS	REGIÃO	TIPO
Eutrópia	02	Fronteira	Pura
		Tamarineiro	
Paiolzinho	04	Taquaral	Mista
		Central	
		Jacadigo	
		Fronteira	
Monte Azul	03	Agrovila 3	Pura
		Central	
		Agrovila 1	
Carlos Cárcano	05	Forte Coimbra "Morro Pontudo"	Pura
		Urucum	
		São Gabriel	
		Gasoduto	
		Maria Coelho	
Albuquerque	04	Morrinho	Mista
		BR 262	
		Vila Albuquerque	
		Mato Grande	
Passo do Lontra	02	Carandazal	Pura
		Estrada Parque	
Estância Esmeralda	02	Retiro Mil	Pura
		Morro Azul	
Pau Arcade	01	Pau Arcade	Pura

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Corumbá- MS/NTRAE

Enquanto regulamentação local, temos a Lei Municipal nº 1516/97 que estabelece “[...] a criação e denominação oficial dos bairros de Corumbá, fixa seus

limites, estabelece o perímetro urbano do município de Corumbá e dá outras providências” e o Plano Diretor do Município de Corumbá, via Lei Complementar Nº 098/2006, que trata da “[...] instituição do Plano Diretor do Município de Corumbá e dá outras providências”, constata-se que o CAIC e o CEMEI *lócus* da nossa pesquisa, estão localizados em zona transitória entre urbano e rural, **Figura 9**, portanto não existindo a oferta de transporte público escolar para esta unidade. Nota-se desta forma que o CAIC e o CEMEI não são reconhecidos como escolas rurais no Sistema de Informação da Educação (TAGNOS).

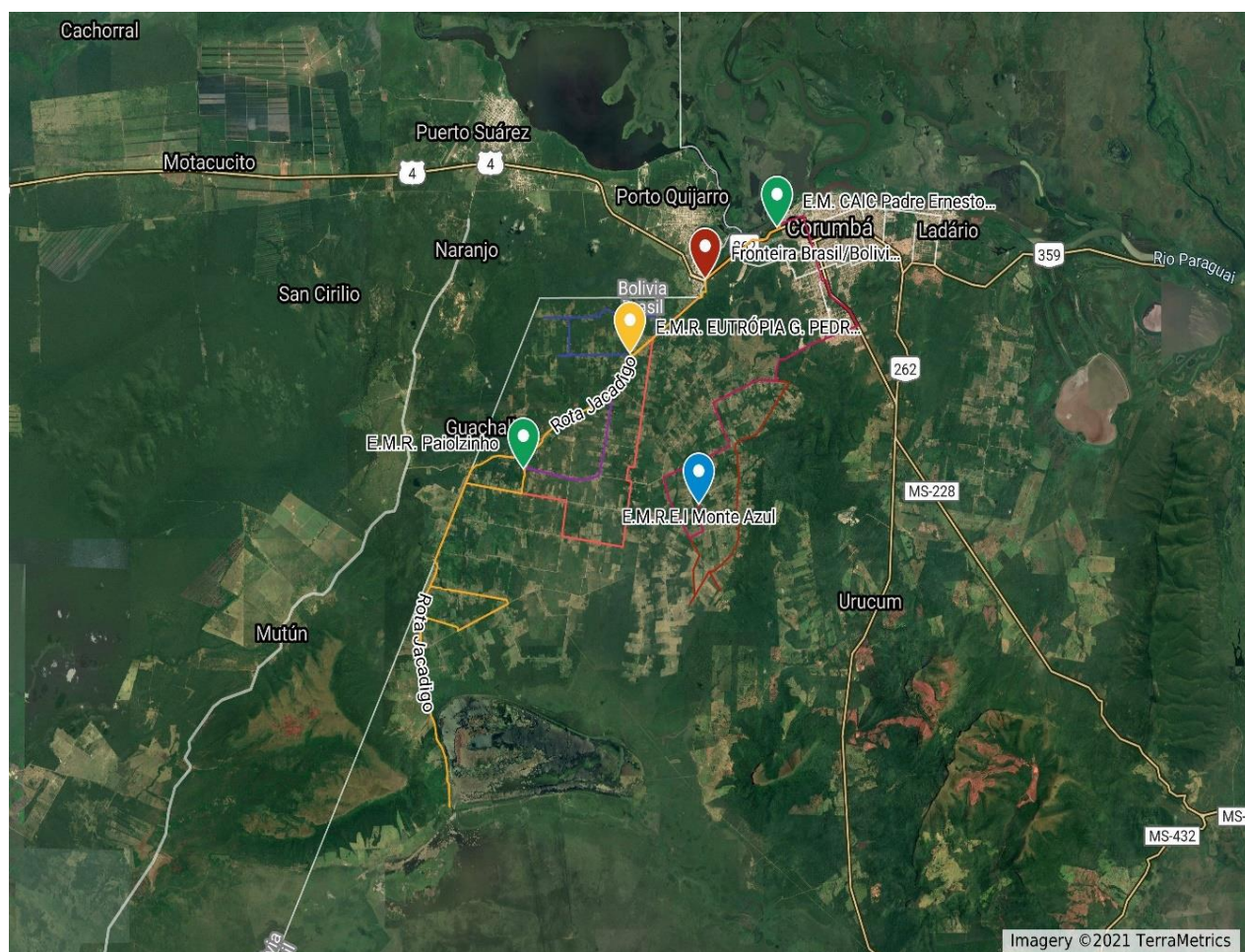
Figura 9 - Perímetro urbano



Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Corumbá-MS. Perímetro Urbano Lei Nº 1516/97

Na **Figura 10**: Rota Paiolzinho, podemos observar a rota do transporte escolar que faz a cobertura das unidades escolares localizadas nos assentamentos próximos a fronteira em estudo, sendo que as 04 linhas mistas fazem o transporte escolar de alunos residentes na área rural e matriculados na rede municipal e estadual de ensino no município. O percurso tem seu trajeto pela Rodovia Ramon Gomez onde está localizada a unidade escolar palco de nossa pesquisa.

Figura 10 - Rota Paiolzinho



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Corumbá- MS/NTRAE

O Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Rural de Corumbá-MS aprovado pela Lei Complementar Nº 199/2016 e que institui a política Municipal de Mobilidade Urbana e Rural prevê em seu Art. 4º, inciso X, a integração da política de mobilidade da cidade de Corumbá com o município de Ladário e a fronteira internacional Brasil-Bolívia com o município de Puerto Quijarro.

Balizado no PNATE e no Programa Caminhos da Escola, programas do governo federal de caráter suplementar, direcionados ao transporte de estudantes e

com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da Educação Básica pública, residentes prioritariamente em área rural que utilizem transporte escolar, devemos também considerar as leis citadas anteriormente (CF88, LDB/94 e 10.709/03) que não fazem diferenciação entre alunos residentes em área urbana ou rural. Contudo, fica a critério de estados e municípios disciplinarem o atendimento aos alunos por meio de ato normativo próprio. Sendo assim, nossa pesquisa aponta para a necessidade deste transporte público escolar municipal, sobretudo para atender os alunos semi-retornados matriculados no CAIC e CEMEI.

3.2. Alcances do transporte escolar na percepção dos interessados.

Esta parte de nossa pesquisa foi desenvolvida com intuito de investigar a necessidade da oferta de transporte público escolar em região de fronteira, focada em contextualizar as relações cotidianas. Isso, a partir dos transportes coletivos disponíveis, o fluxo de transeuntes que passam e repassam o limite que compõe a vida fronteiriça, bem como a utilização de veículos inaptos ao transporte de passageiros, que se deslocam da Bolívia para estudar no Brasil.

Abordamos especificamente os alunos matriculados no CAIC e CEMEI Catarina Anastácio da Cruz, investigando o perfil desses alunos migrantes semi-retornados que residem na Bolívia e que se utilizam de variados meios de transporte para acesso ao ensino público no Brasil, na unidade escolar lócus de nossa pesquisa e assim propor a inserção de nova rota de transporte público escolar que contemple esse público. Devido a suspensão das aulas presenciais e orientação para o teletrabalho ocasionado pelo início da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), o contato com os envolvidos na pesquisa passou a ser virtual e através de meios remotos, com a utilização de ferramentas digitais que permitiram realização de reuniões e levantamento de dados desses alunos, migrantes semi-retornados. Recurso que se fez extremamente necessário neste momento, para levantar dados, resguardar a saúde e conseqüentemente controlar e evitar o contágio.

Outros instrumentos metodológicos utilizados foram: coleta de dados junto à unidade escolar investigada, revisão bibliográfica que permitisse realizar análise sobre os dados coletados, sistemas de gestão escolar (TAGNOS) e questionários

que foram encaminhados ao público-alvo da pesquisa por meio de grupos de aplicativo *WhatsApp* utilizando-se da ferramenta *google docs* e reuniões (presenciais e virtuais) com a equipe gestora e pedagógica do CAIC e CEMEI com a finalidade de indagar a percepção sobre o assunto investigado e assim aproximar do público alvo desta pesquisa.

O questionário de pesquisa foi formulado com 14 questões fechadas e disponibilizado como formulário eletrônico do *google docs* nos grupos do aplicativo *WhatsApp* de alunos, pais e/ou responsáveis CAIC e do CEMEI, no período de 03 de agosto a 30 de setembro de 2020. Tal ferramenta foi utilizada considerando que, de acordo com a orientação da equipe gestora da unidade escolar, essa é a forma de comunicação mais utilizada pelos alunos e suas famílias, neste período de pandemia.

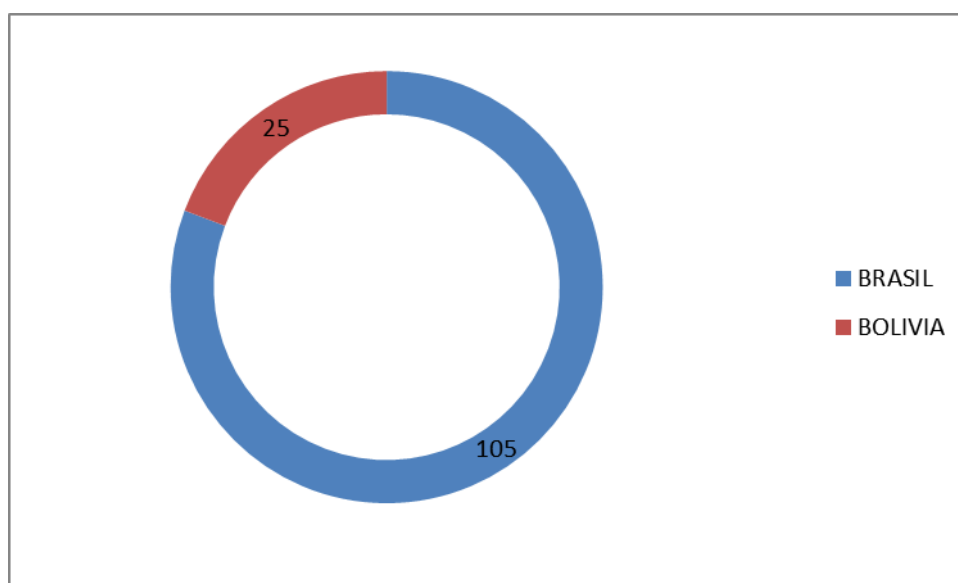
Considerando que muitos alunos cruzam diariamente a fronteira Brasil-Bolívia, entendemos ser mais adequado disponibilizar o questionário em português e em espanhol, o que consideramos ser um facilitador quanto ao entendimento das famílias que falam exclusivamente o espanhol. Como os registros escolares dos alunos indicam moradia no Brasil, adotamos todas as respostas traduzidas para o português, uma vez que, em função da Pandemia Covid-19, não foi possível averiguar aqueles que residem na Bolívia. Isso impossibilitou que as perguntas fossem diferenciadas a esse grupo de famílias.

Consideramos muito importante observar que os limites internacionais, elementos constituintes das vidas fronteiriças (FOUCHER, 1991), são parte de um entendimento que nos remete à questão da soberania do estado. Esse entendimento, corriqueiramente, atribui a ele o monopólio de autoridades sobre esse território, demarcado em uma franja geográfica específica (SASSEN, 2009). Contudo, esse entendimento rigoroso sobre a administração sobre o espaço fronteiriço, normalmente, impede que essas autoridades atuem sobre a realidade que as cerca. O conceito de fronteira, portanto, deve ser ampliado para que possa ser visualizada a dinâmica das pessoas que compõem esse espaço e território.

O questionário de pesquisa obteve um total de 130 respostas, sendo que 105 respostas assinalando o país que residem, afirmaram viver no Brasil, enquanto 25 assinalaram residir na Bolívia, conforme descrito no **Gráfico 5**. Esse dado certifica o que nós já havíamos mencionado: a existência de fluxo de estudantes que, embora tenham a nacionalidade brasileira, não residem no Brasil. Este Gráfico demonstra a

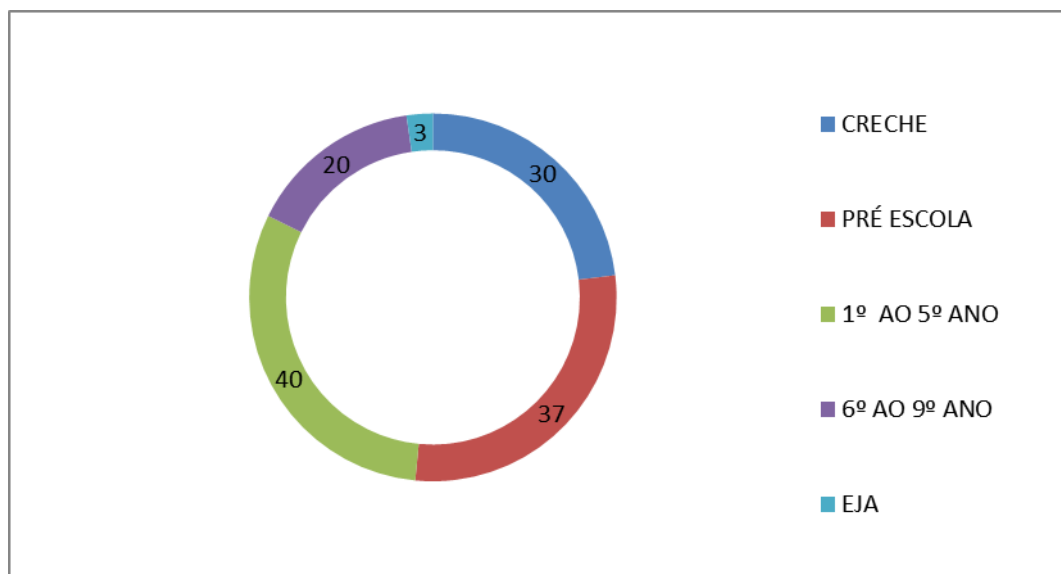
vida na fronteira de maneira inequívoca, uma vez que as estratégias de obtenção de políticas públicas, meios de locomoção, trocas culturais, conflitos e avaliações familiares sobre todo o processo migratório estão à espera de pesquisas e análise a partir desse gráfico. Outros estudos poderão investigar os reflexos na vida desses meninos e meninas a partir de um processo educacional realizado fora do país de moradia, porém, contextualizado em seu ambiente social e cultural migratório e de fronteira.

Gráfico 5 - País de residência



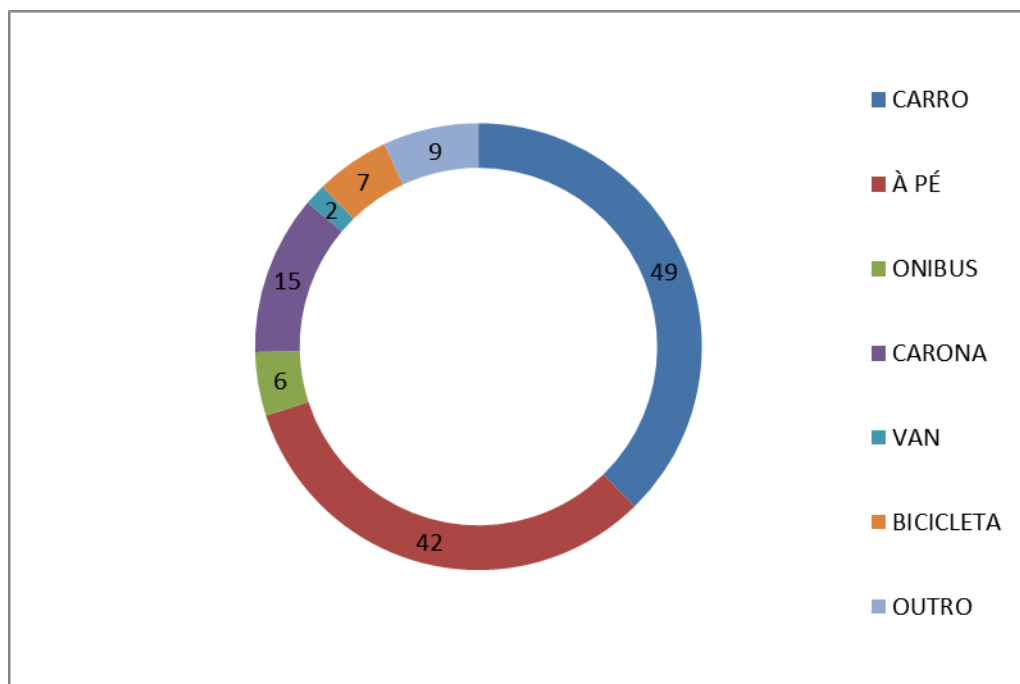
Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

No **Gráfico 6**, podemos observar equilíbrio entre a quantidade de alunos que estavam cursando a creche e a pré-escola e aqueles que estavam matriculados do 1º ao 9º ano, quando da aplicação do questionário. Também notamos a predominância desses dois grupos quando em comparação aos 3 respondentes que assinalaram estar cursando a EJA. O que demonstra a realidade da escola e CEMEI cujo público majoritário é de crianças e adolescentes. Nesse aspecto, devemos salientar que a atenção à infância e à criança na educação no Brasil possui uma longa história de construção de relevantes cuidados, que incluem a família e o espaço em que estão inseridas (GUIMARÃES, 2017). Da mesma forma, devemos considerar o fato da municipalidade de Corumbá não possuir rotina de planejamento considerando sua realidade fronteiriça. Isso faz com que a gestão desse espaço educacional, quando da elaboração de suas atividades, tenha a frente apenas os dados referentes a esse Gráfico, desconhecendo o que consta no Gráfico 5.

Gráfico 6 - Etapa escolar

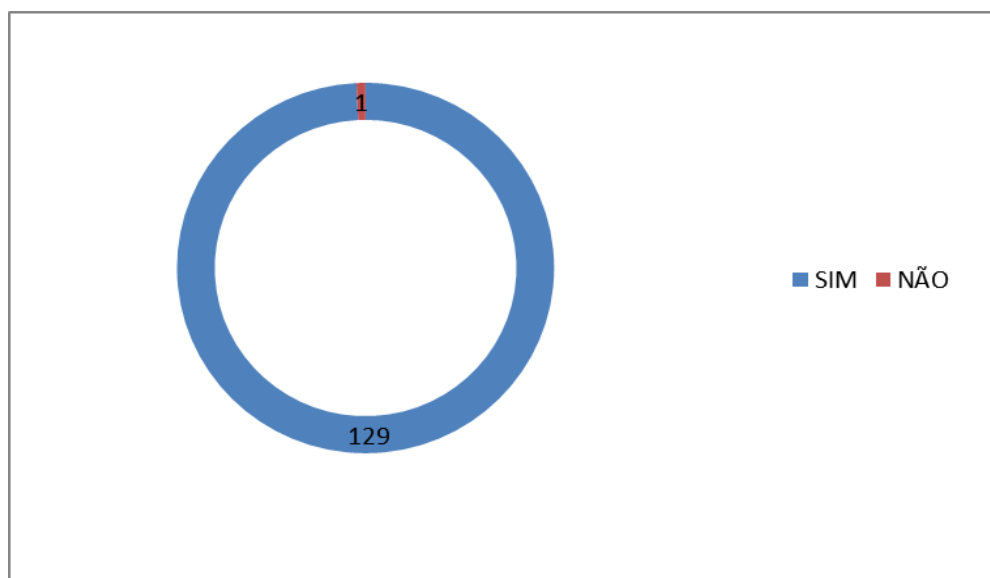
Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

Desta forma, ao analisarmos o **Gráfico 7**, podemos notar que os meios de transporte que fazem uso expõem os estudantes a graus variados de vulnerabilidades e inseguranças. Mesmo considerando que parcela desses estudantes vivam nas vizinhanças da escola e do CEMEI, o acentuado número de respostas que afirmam que o meio principal de chegar a esses espaços é a pé, carona e bicicleta demonstra o quão necessário é a adoção do transporte escolar como meio de promover segurança no trajeto de casa-escola-casa. Um fator de risco central a essa mobilidade é a localização da escola e do CEMEI à margem de uma rodovia. Outro fator a ser considerado pelos gestores da educação é que, além do fator da segurança, o transporte escolar é um dos elementos que conduzem à melhora nos desempenhos e resultados escolares (MARTINS, 2011). Desta forma, considerando a Lei 10.880/ 04, que regulamenta o transporte escolar no âmbito do MEC, a localização do CAIC e do CEMEI em zona transitória entre urbano e rural e a insegurança a que estão sujeitos no trajeto deveriam ser suficientes para o estabelecimento de rota que atenda esses alunos. Contudo, como dissemos, a ausência de um reconhecimento da vida fronteiriça para a realização de planejamentos nos ambientes administrativos da municipalidade é fator impeditivo para sua consecução.

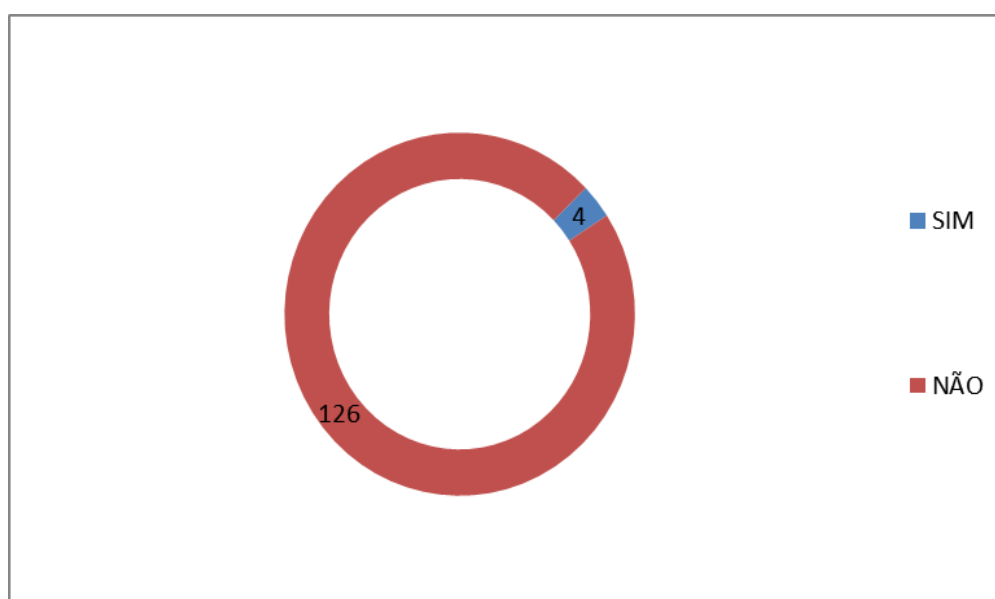
Gráfico 7 - Meio de transporte

Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

Mesmo com todas essas dificuldades, podemos verificar que há um quadro de estabilidade por parte da frequência e assiduidade dos alunos, como está expresso no **Gráfico 8 – Frequência Escolar** e **Gráfico 9 – Ausência Escolar**. A partir desses gráficos é possível averiguar o quanto a rotina escolar é parte de seu cotidiano, mesmo com os diversos problemas de sociabilidades que eles encontram nesse ambiente (GOLIN, 2017) e as dificuldades relacionadas à mobilidade que faz parte dessa rotina. Essa estabilidade indica, também, o quanto é relevante nas estratégias dos migrantes em fronteira a manutenção do fluxo para obtenção dos resultados esperados. Assinalamos que a partir de nossas leituras em Oliveira e Loio (2017), pudemos constatar que a dualidade estabilidade-segurança faz parte dessas estratégias, uma vez que os meios de transportes que esses estudantes fazem uso parecem ter alcançado essa dualidade. Essa era uma das hipóteses que havíamos elaborado, mas com o advento da Pandemia Covid-19 não foi possível averiguar.

Gráfico 8 - Frequência escolar

Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

Gráfico 9 - Ausência escolar

Fonte: AGUILAR, M.M.S., 2021

Assim, entendemos que ao tratarmos de semi-retornados, sobretudo em regiões com interações fronteiriças, estamos fazendo menção a um grupo de estudantes que demanda maiores atenções em diversos aspectos do processo ensino-aprendizagem, não somente com relação ao ensino formal desses alunos. Pensamos que a inclusão do trânsito entre a residência e a unidade escolar faça parte da atenção necessária ao processo vivenciado na educação.

Ainda tratando de estudantes semi-retornados, Godoy (2016) aponta que

além de questões relacionadas a documentação, idioma e outros fatores socioculturais, existe o desafio enfrentado por estudantes residentes na Bolívia, que para irem à escola precisam se utilizar de adaptações de transporte, o que coloca em risco a segurança desses estudantes. A inexistência de rota de transporte escolar que atenda aos alunos do CAIC e do CEMEI, e o conseqüente uso de meios de locomoção bastante variado, por parte de alunos semi-retornados em questão, revela uma série de características que são peculiares à realidade em que vivem e algumas delas são compartilhadas com os que vivem no Brasil. A mobilidade, tão importante no processo educacional, por permitir segurança a esses estudantes, fica precarizada pela falta de alcance de uma política pública tão relevante. A invisibilidade de sua condição migratória, portanto, impede qualquer ampliação de alcances de políticas públicas. Essa é uma questão que deve ser construída nas pautas administrativas da municipalidade em Corumbá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou identificar a presença de migrantes internacionais matriculados nas escolas da REME; compreender o deslocamento e o fluxo de alunos fronteiriços na cidade de Corumbá, fronteira com a Bolívia, especificamente os alunos migrantes semi-retornados matriculados no CAIC e CEMEI. A escolha da escola foi feita em função de sua localização estratégica em zona intermediária entre o centro de Corumbá e o limite entre os dois países.

Partimos da compreensão que as fronteiras são regiões repletas de contradições, geralmente assinaladas pela insuficiência ou ineficácia de políticas públicas frente as suas especificidades. Neste estudo, a partir da inexistência de oferta de transporte público escolar para os alunos naquela escola, buscamos identificar e compreender os fluxos migratórios internacionais nessa fronteira.

Parte considerável do período previsto para o desenvolvimento desta pesquisa foi concomitante com um outro classificado como Pandemia do Novo Coronavírus, COVID 19, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020. Uma situação atípica em todos os sentidos, que levou ao distanciamento social e conseqüentemente a suspensão das aulas presenciais no município a partir de 20 de março do mesmo ano, permanecendo assim até a conclusão desta Dissertação. A fronteira em estudo também foi fechada pela primeira vez em 19 de março, como medida adotada pela Bolívia para conter o coronavírus e, posteriormente, também pelo governo brasileiro, além de outros momentos posteriores de fechamento da mesma.

A pandemia nos trouxe desafios, nos colocou a prova e nos apresentou uma nova realidade no ambiente escolar. A realização de aulas no sistema remoto, ensino a distância por meio de plataforma digital, o estabelecimento de contatos através de aplicativo *WhatsApp* e entrega de material impresso aos alunos que apresentavam dificuldade de acesso à internet, passaram a fazer parte da rotina pedagógica na REME, incluindo a escola em análise. Esse conjunto de novidades trouxe adicionais de dificuldades para que alcançássemos os alunos e ou responsáveis público de nossa pesquisa, considerando que muitos residem na Bolívia e estudam no Brasil conforme apontam os dados desta pesquisa.

Pudemos constatar que a REME apresenta em sua clientela alunos migrantes

internacionais de variadas nacionalidades, além de alunos brasileiros, filhos de bolivianos, matriculados em quase todas as unidades de ensino. Essa realidade atinge, até mesmo as unidades localizadas nos bairros mais afastados do centro da cidade, além do Distrito de Albuquerque e a zona rural de Corumbá – MS. A maioria desses alunos migrantes internacionais é composta por bolivianos, embora existam, também os semi-retornados, esses concentrados no CAIC e no CEMEI Catarina Anastácio da Cruz, ambas localizadas no mesmo espaço físico.

Este estudo indentificou que esses alunos fronteiriços migrantes semi-retornados, que moram na Bolívia e estudam no Brasil, utilizam-se da pendularidade e transito diário para acesso a política pública educacional, que fazem essa mobilidade lançando mão de variados meios de transporte, expostos aos riscos do trânsito na rodovia e sem nenhuma segurança. E que, mesmo com essas condições de mobilidade bastante precarizadas, a assiduidade e frequência têm se mantido em níveis satisfatórios.

A realidade fronteiriça de Corumbá não é relevante nos estudos e planejamentos realizados pela SEMED. Embora tenhamos identificado que a REME desenvolve algumas práticas públicas, porém a inexistência de legislação específica que considere sua condição de cidade-gêmea fronteiriça não garante a efetividade de tais práticas. Na rotina administrativa da municipalidade em Corumbá não ocorre a identificação e o reconhecimento da realidade dos alunos migrantes semi-retornados como detentores de direitos, a fim de garantir a promoção e o acesso à educação e conseqüentemente permanência escolar, como a oferta de transporte, tampouco os insere no orçamento, planejamentos e planos construídos pela SEMED. O Sistema Municipal de Ensino (SME) desconsidera sua condição fronteiriça, no tocante a sua organização funcional, estrutura curricular e recursos humanos.

Concluimos pela necessidade de se efetivar políticas públicas escolares em âmbito municipal específicas para oferta do transporte público escolar, considerando as particularidades de município fronteiriço. Para tanto, é necessário que o próprio SME seja adequado à realidade fronteiriça, à qual está inserido e não a reconhece. Um ponto de partida pode ser a utilização dos dados extraídos nas respostas aos questionários disponibilizados aos alunos e ou responsáveis, além de outros estudos sobre a realidade educacional na fronteira em estudo.

Esta pesquisa nos possibilitou vislumbrar novos estudos, incluindo os que não

foram realizadas nesta Dissertação em função da Pandemia. Nos sentimos muito instigados ao vislumbrar a possibilidade de continuidade desta investigação tão logo retornem as aulas presenciais, dando voz aos que não possuem meios de se expressar, por exemplo. Ou, analisando os impactos que essa condição migratória a que estão sujeitos esses meninos e meninas produzem em suas vidas nos locais de moradia, incluindo as relações de vizinhança e as trocas de experiências nas atividades escolares com seus parentes e amigos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **A dinâmica das fronteiras:** deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. Brasil, Universidade Federal de São Paulo.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **A Dinâmica das Fronteiras:** os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Renata M.P. **Aplicação e Transferência de novas técnicas de Cadastro de Imigrantes , Refugiados e Apátridas na Assistência Social do município de Corumbá- MS.** 2020.131pp. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. UFMS/CPAN, 2020.

BENEDETTI, Alejandro. **Lugares de frontera y moviidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar.** COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. (Coord.). *Fronteiras em foco.* Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.

BENEDETTI, Alejandro. *Espacios fronterizos del sur sudamericano. Propuesta de un modelo conceptual para su estudio.* In: **Revista Estudios Fronterizos**, México, v. 15, n. 29, jan.-jun de 2014, pp. 11-47.

BOLOGNA, Eduardo León; FALCÓN, María del Carmen. **Migración sur-sur: factores relacionales e inserción segmentada de la población boliviana y peruana en la ciudad de Córdoba, Argentina.** In: ESTUDIOS DEMOGRÁFICOS Y URBANOS, VOL. 31, NÚM. 3 (93), 2016, pp. 729-773

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017a. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 nov. 2020

BRASIL. Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003. Acrescenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.709.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – Pnate. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.880.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017b. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – PDIF/MS, 2012

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Faixa de fronteira – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). Brasília: MI, 2009.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2015.

CAVALCANTI, L.; TONHATI, T. Características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana no Brasil. In: **Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações**, n. 1, v. 1, pp. 68-71, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sònia. El retorno from una perspectiva transnacional. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Zumbir.**, Brasília, v. 21, n. 41, pág. 9-20, dezembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852013000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S1980-85852013000200002>.

Confederação Nacional de Municípios – CNM Educação: por uma gestão eficiente da educação municipal – Coletânea Gestão Pública Municipal: Gestão 2017-2020 – Brasília: CNM, 2016. 94 páginas. ISBN 978-85-8418-059-2.

CORNAGO PRIETO, N. **O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico**: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo Ocidental. In: VIGEVANI, T; WANDERLEY, L. E.; BARRETO, M. I. e MARIANO, M. P. (orgs.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Editora PUC/Editora UNESP/CEDEC/FAPESP, 2004.

CORRÊA, Jaqueline M. **O Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços em perspectivas de inserção social: avaliações sobre a implantação do Circuito de Apoio ao Imigrante**. 2016. 89 pp. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. UFMS/CPAN, 2016.

CORUMBÁ. Lei Municipal Complementar nº 150, de 4 de abril de 2012. Institui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério. Corumbá, 2012.

CORUMBÁ. CAIC Padre Ernesto Sassida e CEMEI Catarina Anastácio da Cruz. **Projeto Político Pedagógico**. CORUMBÁ MS, 2018-2020.

CUNHA, Fátima. O Projeto CIEP de 1987 a 1990: o desafio da continuidade. In: O desafio da escola básica: qualidade e equidade. Brasília: IPEA, n.º 132, 1994.

COSTA, E. A. **Mexe com quê? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço**. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Orgs.). *Fronteiras em foco*. Campo Grande, MS, Editora da UFMS, 2011, pp. 131-148.

COSTA, E. A. “Os bolivianos em Corumbá, MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira”. In: **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo grande, MS, v. 4, n. 7, pp. 17-33, 2012.

DOMINGOS, Gilson Lima. As contribuições do uso das mídias para educação das relações étnico-raciais. **UFMS**, Campo Grande, 2012.

ESSELIN, P. **A Gênese de Corumbá** . Campo Grande, Editora da UFMS, 1998.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, v. 34, n. 1, pp. 145-161, 2017.

FERNANDES, D; MILESI, R.; PIMENTA, B.; CARMO, V. Migração dos Haitianos para o Brasil: a RN no 97/2012: uma avaliação preliminar. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. v. 8, n. 8. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2013.

FOUCHER, Michael. **Chronicles of the Contemporary border scene**. *CERISCOPE Frontières*. Disponível em: <<http://ceriscope.sciencespo.fr/content/part1/chroniques-da-cena-da-fronteira-contemporanea>>. Acesso em: 03 set. 2020.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières**. Un tour du monde géopolitique. Paris, Fayard, 1988. p. 8.

FOUCHER, Michael. **Fronts et Frontières**. Un tour du monde géopolitique. Paris, Fayard, 1991.

FOUCHER, Michael. *Obsessão por Fronteiras*. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GODOY, Thiago S. **A multiculturalidade na Escola de Fronteira**. 2016. 114pp. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. UFMS/CPAN, 2020

GOLIN, C. H.; ASSUMPÇÃO, L. O. T. “**Educação Intercultural em Escolas Fronteiriças: diálogos sobre fricções culturais na fronteira Brasil-Bolívia**”. In: Revista Geo Pantanal. UFMS/AGB. Corumbá, n. especial, pp. 27-38, 2017.

GOLIN, C. H. **Educação Física na Fronteira Brasil-Bolívia: uma análise intercultural de uma escola pública no município de Corumbá-MS/Brasil**. 2017. 239 pp. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Brasília, PPG Educação Física, Brasília, 2017.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

HERNANDEZ, A.; CAMPOS-DELGADO, A. E. (orgs.) **Líneas, límites y colindancias: mirada a las fronteras desde América Latina**. Tijuana, México, El Colegio de la Frontera Norte, 2015.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

LE MOIGNE, Jean Louis. Complexidade e sistema. In.: MORIN, E. **A Religação dos Saberes: desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LOIO, J. A. M.; MARINI, J. F. M.; OLIVEIRA, M. A. O. **Imigrantes Bolivianos da Planície e do Altiplano em Região de Fronteira: Distinções Progressas em Solidariedade Seletiva**. In: Geopantanal, número especial, pp. 219-232, 2017.

MACHADO, Lia Osório. **Sistemas, Fronteiras e Territórios**. Departamento de Geografia UFRJ, 2000

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, nº 8, p. 7-23, jan./jun., 2000.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes**. In: STROHAECKER, Tânia Marques (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 42. p. 83

MACHADO, Lia Osório. **O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica**. In: OLIVEIRA, Tito C. M. (Org.) **Território sem Limites**. Campo Grande, Ed. da UFMS, 2005, pp. 87-112.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration?. In: REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, v. 15, n. 29, dez. 2007.

Martins, Ana Paula Antunes. **Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos**. Dissertação de Mestrado em Transportes, UnB, 2011, 126 p.

MARTINS, J.S. **A fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOREIRA, Paula Gomes. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública: Volume 1. PÊGO, B. (Coord.). Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.

MOREIRA, Paula Gomes. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do Arco Central: Volume 4. PÊGO, B. (Coord.). Rio de Janeiro: Ipea, MDR, 2019.

Murillo-Pedrozo, A M; Agudelo-Suárez, A. A. **La migración sur/sur como un determinante social de impacto en las desigualdades e inequidades en salud bucal**. In: Latinoamérica. Rev Peru Med Exp Salud Publica. 2019;36(4):692-9. doi: 10.17843/rpmesp.2019.364.4908.

OLIVEIRA, Marco Aurélio M. de & CAMPOS, Davi L. Imigrações e Instituições de Fronteira: Bolivianos em Corumbá, MS. **Revista Científica Direitos Culturais**. V. 10, n. 20, p. 47-58, 2015.

OLIVEIRA, T. C. M.; ESSELIN, P. M. “**Localizando as Condições Pretéritas e as relações Correntes na Complexa Fronteira Brasil-Bolívia**”. In: Geosul, Florianópolis, v. 30, n. 60, pp. 125-163, 2015.

OLIVEIRA, Marco Aurélio M. **O Ambiente Fronteiriço**: Traços Intangíveis e Realidades Sinuosas. Revista GeoPantanal.UFMS/AGB. Corumbá/MS, N.21, p.p.13-22, Jul./Dez., 2016.

OLIVEIRA, Marco Aurélio. M.; CORREIA, J. M.; OLIVEIRA, J. C. **Imigrantes Pendulares em Região de Fronteira**: semelhanças conceituais e desafios metodológicos. In: Direitos Culturais, Santo Ângelo, v. 12, n. 27, pp. 91-108, maio/ago 2017.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; NASCIMENTO, Rainne Feitoza do. Fronteira, paradiplomacia e desenvolvimento. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 6, n. 12, p. 23-49, dez. 2017. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/7227>>. Acesso em: 29 set. 2020.

OLIVEIRA, M.A.; ALMEIDA, R.M.P.; AGUILAR, M.M.S. **Presença de migrantes internacionais na educação e na assistência social em fronteira**. In: Para Onde!?, Porto Alegre, v.13, n.2, p. 61-74, 2020. Edição especial – VII Seminário Internacional de Estudos fronteiriços.

PIZARRO, Ana. Palabra, literatura y cultura en las formaciones discursivas coloniales. In: PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina, Palabra**, Lit eratura e Cultura. Campinas: UNICAMP, 1993.

PRIGOGINE, Ilya. As leis do caos. São Paulo: Unesp, 2002.

RIBEIRO, A. C.; JESUS, W. F. de. A trajetória histórica da política pública de transporte escolar: um olhar sob a assistência dos programas federais para a educação básica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 66, p. 135-159, 2016. DOI: 10.20396/rho.v15i66.8643707. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643707>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SASSEN , Saskia. Bordering capabilities versus borders: implications for National Borders. In: **Michigan Journal of International Law**, v. 30, n. 3, 2009, p. 571-597

SANTOS, M. G. Aplicação de ferramentas virtuais adaptadas ao ambiente profissional de policiais civis em Ladário, MS. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016.

SAYAD, A. A Imigração. Os paradoxos da alteridade. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo, Edusp, 1998.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. In: Anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracaoforcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file>. Acesso: em 06 de abr. de 2021.

SILVA, João Lucas Zanini. OPERAÇÃO ACOLHIDA: a imigração venezuelana para Dourados – MS. Dissertação de Mestrado. PPG Fronteiras e Direitos Humanos, Universidade Federal da Grande Dourados, 2020, 197 p.

SILVA, Sidney A. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. In: Estudos Avançados, v. 20, n. 57, 2006, pp. 157-170.

SOUCHAUD, Sylvain ; BAENINGER, Rosana. Collas y cambas del otro lado de la frontera: aspectos de la distribución diferenciada de la inmigración boliviana en Corumbá, Mato Grosso del Sur. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2008, vol.25, n.2, pp.271-286. ISSN 1980-5519. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982008000200005>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, João Carlos de. O desejo de integração à civilização em fins do século XIX. **UFMS**, Campo Grande, 2001.

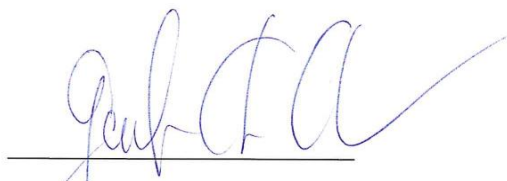
ANEXOS

Anexo 1- Autorização para realização da pesquisa – Secretaria Municipal de Educação – Corumbá - MS

Autorização para Realização de Pesquisa

Eu, GENILSON CANAVARRO DE ABREU, Secretário Municipal de Educação, autorizo a mestrandia / Mabel Marinho Sahib Aguilar, CPF 495.249.331-87, aluna do Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal , sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, ir a Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida e CEMEI Catarina Anastácio da Cruz, para coletar dados por meio de entrevistas, observação e acesso às informações do sistema de gestão educacional (Tagnos) para a pesquisa intitulada TRANSPORTE ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA: APLICAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE MEIOS EFETIVOS AOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL CAIC "PADRE ERNESTO SASSIDA" E CEMEI "CATARINA ANASTÁCIO DA CRUZ.

Corumbá MS, 18 de março de 2019



Genilson Canavarro de Abreu
Secretário Municipal de Educação

Anexo 2- Carta de Anuência e Autorização – E.M. CAIC Padre Ernesto Sassida e CEMEI Catarina Anastácio da Cruz

CARTA DE ANUÊNCIA E AUTORIZAÇÃO

Eu, DANIELIE DE SOUZA BAIANO, CPF nº 970.209.401-10, diretora da Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida e CEMEI Catarina Anastácio da Cruz, tenho pleno conhecimento do projeto TRANSPORTE ESCOLAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA: APLICAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE MEIOS EFETIVOS AOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL CAIC "PADRE ERNESTO SASSIDA" E CEMEI "CATARINA ANASTÁCIO DA CRUZ", de autoria da mestranda/pesquisadora Mabel Marinho Sahib Aguilar, Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, aceito e autorizo as atividades nele previstas.

Corumbá MS, 18 de março de 2019



Danielle de Souza Baiano

Danielle de Souza Baiano
Diretora
Portaria "P" nº 627, de 7/03/2018.

Anexo 3- Questionário em Português



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Caminhos para a Escola

1 -Marque a etapa escolar que o alunos cursa, abaixo:

- () Creche
() Pré - Escola
() 1º ao 5º ano
() 6º ao 9º ano
() EJA

2 – Qual a série?

3 – Informar o turno:

- () Matutino
() Vespertino
() Noturno
() Integral (creche)

4 - Onde o aluno(a) pelo qual você é responsável mora

- () Brasil () Bolívia

5 - Ele(a) é aluno(a) frequente às aulas?

- () Sim () Não

6 - Ele(a) falta muitas aulas durante o ano letivo?

- () Sim () Não

7 - Se falta, por que falta às aulas?

- () Dificuldade de transporte () Distância () Não falta

8 - Tem irmãos ou parentes que estudam na escola ou no CEMEI?

- () Sim () Não

9 - Como o aluno(a) se desloca de casa para a escola?

- () a pé () de carro () outro meio de transporte



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



10 – Caso tenha assinalado “outro” na questão anterior, indique o meio de transporte utilizado para chegar até a escola:

Qual? _____

11 - Como o aluno(a) se desloca da escola para a casa?

() a pé () de carro () outro meio de transporte

12 – Caso tenha assinalado “outro” na questão anterior, indique o meio de transporte utilizado para chegar até a escola:

Qual? _____

13 - Com quem o estudante vem para a escola:

() sozinho(a) () com seus pais e ou responsáveis () irmãos () outros

14 – Caso tenha assinalado “outro”, na questão anterior, indique com quem o estudante vem para a escola:

Com quem ? _____

Anexo 4- Questionário em Espanhol



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Caminhos a la escuela

1 -Marque la etapa que toma el alumno a continuación:

- Guardería
- Preescolar
- 1º al 5º año
- 6º al 9º año
- EJA

2 – ¿Que serie?

3 – Informar el turno:

- Mañana
- Tarde
- Nocturno
- Integral (guardería)

4 -¿Dónde vive el estudiante de quien eres responsable?

- Brasil Bolívia

5 -¿Es um estudiante que assiste a clases?

- Sí No

6 - ¿Él/ella perde muchas classes durante el año escolar?

- Sí No

7 – Si no, ¿por qué te pierdes clases?

- Dificultad de transporte
- Distancia
- No te pierdas

8 - ¿Tiene hermanos o parientes que estudian em la escuela o em la guardería?

- Sí No



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



9 - ¿Cómo se traslada el estudiante de CASA a la ESCUELA?

() a pie () em coche () paseo () camioneta () autobús () otro

10 – Si marco OUTRO em la pregunta anterior, indique AQUÍ el medio de transporte utilizado para llegar a la escuela:

11 - ¿Cómo se traslada el estudiante de la ESCUELA a la CASA?

() a pie () em coche () paseo () camioneta () autobús () otro

12 - Si marco OUTRO em la pregunta anterior, indique AQUÍ el medio de transporte utilizado para llegar a la escuela:

13 - ¿Com quién el alumno viene a la escuela?

() solo () com tus padres y/o tutores () Hermanos () otro

14 – Si marco OUTRO em la pregunta anterior, indique AQUÍ com quién viene el estudiante a la escuela:
